



**PRAIA  
DA VITÓRIA**  
Município



# Carta Social da Praia da Vitória

**2025 - 2029**

 fundo de maneio

## Elaborado por



fundo de maneio

### **Fundo de Maneio - Consultoria, Recursos Humanos e Investimentos, Lda.**

Rua Bento José Morais, 23, 3º Sul

9500-772 Ponta Delgada

Telefone: (+351) 296 654 047

[www.fundodemaneyio.com](http://www.fundodemaneyio.com)

[fm@fundodemaneyio.com](mailto:fm@fundodemaneyio.com)

## Propriedade



### **Câmara Municipal da Praia da Vitória**

Praça Francisco Ornelas da Câmara

9760-851 Santa Cruz

Telefone: (+351) 295 540 200

[www.cmpv.pt](http://www.cmpv.pt)

[geral@cmpv.pt](mailto:geral@cmpv.pt)

julho de 2025

## Sumário Executivo

A evolução das sociedades contemporâneas, embora marcada por avanços significativos em múltiplas áreas, tem também exposto fragilidades e acentuado desigualdades sociais que afetam negativamente a vida de muitos cidadãos. Fenómenos como a pobreza e a exclusão social contribuem para o agravamento de situações de isolamento e desproteção, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com doença.

Neste contexto, a proteção social assume uma importância acrescida, quer na definição de prestações sociais que garantam rendimentos mínimos, quer no apoio a equipamentos e respostas sociais que promovam o bem-estar, a reabilitação e a integração social. Estes instrumentos são fundamentais para a mitigação das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa.

As autarquias locais desempenham hoje um papel central na resposta aos problemas sociais das populações. Enquanto representantes diretos dos interesses locais e entidades mais próximas dos cidadãos, os municípios têm vindo a assumir crescentes responsabilidades na área social, sendo-lhes atualmente atribuídas competências fundamentais no planeamento, desenvolvimento e execução de políticas sociais.

De acordo com a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, incumbe às câmaras municipais elaborar, manter atualizada e divulgar a Carta Social Municipal, em articulação com o Conselho Local de Ação Social (CLAS), assegurando a programação e monitorização das respostas sociais com carácter inframunicipal.

Cumprindo este desígnio e motivada por um forte compromisso com o bem-estar da sua população, a Câmara Municipal da Praia da Vitória decidiu elaborar a Carta Social do concelho para o quadriénio 2025-2029. Este documento pretende ser um instrumento de referência no mapeamento e disponibilização de informação sobre a rede de serviços e equipamentos sociais existentes nas 11 freguesias do concelho.

Mais do que um simples levantamento de recursos, a **Carta Social da Praia da Vitória 2025-2029** constitui uma **ferramenta estratégica de planeamento**, orientada por um diagnóstico rigoroso das necessidades da população. Através dela, a autarquia poderá reforçar a eficácia da sua política social, promovendo uma alocação mais racional de recursos e garantindo o acesso equitativo a serviços sociais de qualidade.

A sua elaboração resultou de um processo técnico participativo, que envolveu não apenas uma equipa especializada, mas também múltiplos agentes da rede social concelhia. A metodologia adotada seguiu princípios reconhecidos pela comunidade científica no domínio da análise social e planeamento estratégico.

O documento inicia-se com um enquadramento legal e funcional da Carta Social, seguido de um diagnóstico sociodemográfico e económico do concelho, com destaque para os indicadores mais relevantes na determinação das necessidades sociais. Este diagnóstico permite identificar dinâmicas estruturais da população e os fatores que mais influenciam a procura de respostas sociais.

Observou-se, no caso da população jovem, uma tendência de decréscimo acentuado da faixa etária até aos 25 anos, explicada pela redução da taxa de natalidade, do índice de fecundidade e pelo aumento da idade média das mães ao nascimento do primeiro filho. Já relativamente à população adulta, verificou-se um progressivo envelhecimento, com crescimento da população com mais de 65 anos e aumento do número de famílias unipessoais, apesar da redução das famílias compostas por quatro ou mais elementos.

Em termos económicos, registou-se uma redução do número de beneficiários de apoios sociais da Segurança Social, acompanhada de um aumento do poder de compra das famílias, o que parece traduzir uma melhoria geral nas condições de vida da população.

No que respeita à rede de respostas e equipamentos sociais do concelho, a análise foi desenvolvida em três fases. A primeira consistiu na caracterização das respostas existentes e dos seus públicos-alvo, com base num inquérito aplicado às entidades que integram a rede social local. Esta fase permitiu não só recolher dados sobre a atuação atual das instituições, mas também conhecer a sua perspetiva quanto aos desafios futuros.

Numa segunda fase, procedeu-se ao levantamento exaustivo e à georreferenciação das respostas sociais, por tipologia e por entidade, com base na informação disponibilizada nos inquéritos recolhidos junto das entidades e complementada pela Direção Regional da Solidariedade Social. Esta etapa permitiu mapear de forma precisa a rede existente e a sua distribuição territorial.

Numa terceira fase, foi realizada uma análise detalhada, de natureza qualitativa e quantitativa, às respostas sociais concelhias. Verificou-se a existência de **20 entidades responsáveis por 48 respostas sociais tipificadas**, com destaque para a predominância das respostas dirigidas a

peessoas idosas. Por contraste, as respostas destinadas a pessoas com deficiência e a pessoas com doença mental revelaram menor expressão.

Apesar da diminuição da população jovem, as entidades com respostas dirigidas à infância registam, na sua maioria, um aumento da procura, especialmente na primeira infância. Globalmente, a maioria das entidades declara possuir uma capacidade de resposta satisfatória. Contudo, os custos operacionais elevados e o subfinanciamento continuam a ser apontados como os principais obstáculos à sua atuação, a par das dificuldades em investimentos direcionados à implementação de novas respostas sociais.

No que respeita aos desafios futuros, foram identificadas, para o grupo da infância e juventude, questões relacionadas com o aumento de problemas emocionais e comportamentais. Para a população idosa, destacam-se o aumento de casos de demência e a falta de apoios sociais adequados. As entidades que atuam com pessoas com deficiência e doença mental apontam o crescimento das necessidades associadas à saúde mental e ao isolamento. Para o conjunto das famílias e da comunidade, surgem como principais preocupações a precariedade económica, a perda de poder de compra e as dificuldades de acesso à habitação.

Com base nesta análise, procedeu-se à projeção das necessidades futuras do concelho ao nível das respostas sociais, num horizonte temporal de 4 a 8 anos. Concluiu-se que as respostas direcionadas à população idosa, nomeadamente as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, são aquelas que exigirão maior reforço da capacidade instalada.

Assim, a *Carta Social da Praia da Vitória 2025-2029* apresenta-se como um instrumento dinâmico de planeamento, gestão e monitorização da ação social no concelho. A sua utilidade depende, contudo, da sua atualização regular, pelo que se preconiza a articulação contínua com a direção competente junto do Governo Regional e com as instituições locais, no sentido de garantir a permanente adequação da informação sobre valências, capacidades, taxas de ocupação e outras dimensões relevantes do sistema social concelhio.

## Índice

<b>1. A Carta Social Municipal</b> .....	<b>7</b>
<b>2. Diagnóstico do Concelho da Praia da Vitória</b> .....	<b>8</b>
2.1. Caracterização Demográfica e Socioeconómica .....	8
2.1.1. Infância e Juventude .....	13
2.1.2. População Adulta .....	20
2.1.3. Família e Comunidade .....	26
<b>3. Rede de Equipamentos e Respostas Sociais do Concelho</b> .....	<b>37</b>
3.1. Entidades de Apoio Social presentes no Concelho .....	37
3.2. Equipamentos e Respostas Sociais do Concelho .....	44
3.2.1. Infância e Juventude .....	44
3.2.2. População Adulta .....	45
3.2.3. Família e Comunidade .....	47
3.3. Mapeamento das Respostas Tipificadas por Instituição .....	48
3.4. Mapeamento das Respostas Atípicas por Instituição .....	53
3.5. Equipamentos e Respostas Sociais Projetadas e em Implementação .....	54
3.6. Georreferenciação da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais Existentes .....	55
<b>4. Análise das Respostas Sociais do Concelho</b> .....	<b>68</b>
4.1. Análise Qualitativa por Áreas das Respostas Sociais .....	68
4.2. Análise das Taxas de Cobertura .....	70
4.3. Projeção de Necessidades Futuras .....	74
<b>5. Considerações Finais</b> .....	<b>81</b>
<b>6. Referências</b> .....	<b>82</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>84</b>

## 1. A Carta Social Municipal

A Carta Social Municipal enquadra-se no regime legal estabelecido pela Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, que regula a criação das Cartas Sociais Municipais e Supramunicipais, definindo os respetivos conteúdos, procedimentos de atualização, divulgação e revisão. Trata-se de um instrumento oficial, acessível e abrangente, concebido para apoiar o planeamento estratégico e prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais de cada concelho.

Este instrumento visa assegurar que o território municipal dispõe de respostas sociais adequadas e coerentes com as necessidades da população, permitindo uma distribuição eficiente e equitativa dos recursos. A sua elaboração deve ter por base uma caracterização detalhada do território, incluindo dimensões demográficas, socioeconómicas e físicas, bem como o mapeamento georreferenciado dos serviços e equipamentos sociais existentes, em construção ou com financiamento aprovado.

A Carta Social Municipal é ainda um suporte essencial à tomada de decisão pública, ao orientar a criação e desenvolvimento de respostas sociais que respondam de forma eficaz às carências identificadas e às dinâmicas emergentes da sociedade. Para tal, deve integrar uma análise prospetiva, que antecipe a evolução das necessidades e fundamente a programação futura da rede social concelhia.

A sua articulação com os instrumentos de gestão territorial e com as prioridades nacionais e regionais é obrigatória, assegurando coerência nas políticas públicas. Além disso, a elaboração e atualização da Carta são da responsabilidade da Câmara Municipal, que deve garantir o envolvimento dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e das entidades da economia social, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada.

Por fim, a Carta Social Municipal assume um papel central na otimização, racionalização e planeamento coordenado dos serviços sociais, permitindo alinhar os recursos disponíveis com as reais necessidades da comunidade, contribuindo para a coesão social e territorial.

## 2. Diagnóstico do Concelho da Praia da Vitória

Com o objetivo de compreender a realidade atual do concelho da Praia da Vitória, procedeu-se à realização de um diagnóstico aprofundado que permite identificar os principais fatores que influenciam a existência, distribuição e adequação das respostas sociais no território. Esta análise é fundamental para detetar as áreas de maior carência, bem como as dinâmicas locais que condicionam a capacidade de resposta social.

A leitura do contexto concelhio integra uma avaliação detalhada de múltiplas dimensões — nomeadamente demográficas e socioeconómicas — que, em conjunto com o levantamento da rede de serviços e equipamentos sociais existentes, servem de base à projeção das necessidades futuras. Trata-se de um exercício de diagnóstico orientado para sustentar, de forma fundamentada, as decisões em matéria de planeamento e investimento social ao longo do próximo ciclo de quatro anos.

A estrutura do presente capítulo inicia-se com uma caracterização demográfica do concelho, essencial para compreender a evolução populacional, os perfis etários e as dinâmicas migratórias que impactam diretamente a procura por respostas sociais. Segue-se uma análise socioeconómica, que incide sobre variáveis como o emprego, o rendimento, a educação e as condições de habitação.

A recolha e tratamento da informação basearam-se sobretudo em dados estatísticos oficiais, complementados por informação primária recolhida junto dos principais intervenientes locais. Esta abordagem mista permitiu uma leitura mais abrangente, atual e sensível à realidade específica do território.

### 2.1. Caracterização Demográfica e Socioeconómica

A Praia da Vitória localiza-se na costa oriental da ilha Terceira e é um dos 19 concelhos do Arquipélago dos Açores. Composta por 11 freguesias, o concelho estende-se por uma área de aproximadamente 162,5 km<sup>2</sup>, ocupando uma posição estratégica na ilha, tanto a nível geográfico como económico.

A sede do concelho encontra-se na freguesia da Santa Cruz, que juntamente com as freguesias adjacentes constitui o núcleo urbano mais desenvolvido e populoso da Praia da Vitória. Este centro urbano agrega a maioria dos equipamentos e serviços essenciais, desempenhando um papel central na organização social e administrativa do território.

**Figura 1 - Delimitação do concelho da Praia da Vitória, Ilha Terceira**



O concelho é igualmente caracterizado por uma diversidade paisagística notável, que conjuga áreas urbanas com zonas rurais de baixa densidade populacional e uma extensa faixa litoral atlântica, o que proporciona a distribuição da população e dos serviços. Esta geografia complexa levanta desafios específicos à planificação de respostas sociais, nomeadamente no que respeita à proximidade e acessibilidade dos equipamentos e serviços

por parte das comunidades mais periféricas.

De acordo com os Censos de 2021, o concelho da Praia da Vitória registava uma população residente de 19.463 habitantes, distribuídos de forma desigual pelo território concelhio, com maior concentração nas freguesias urbanas e semiurbanas do litoral, sobretudo na sede, Santa Cruz, e nas freguesias limítrofes como Lajes e Fontinhas.

As 11 freguesias do concelho representam cerca de 37% da população residente da Ilha Terceira. Em termos territoriais, Agualva é a maior freguesia em área, com aproximadamente 35,7 km<sup>2</sup>, enquanto que a freguesia mais populosa é a de Santa Cruz, onde se localiza o principal núcleo urbano e um número significativo de respostas sociais.

Esta realidade demográfica e territorial sublinha a importância de uma rede de serviços e equipamentos sociais bem articulada e adaptada às especificidades locais, de forma a garantir a equidade no acesso e a eficiência na resposta às necessidades sociais da população.

**Tabela 1 - População residente, área e densidade populacional, por freguesia (à data dos Censos de 2021)**

	População residente	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade populacional
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>236 413</b>	<b>2 332,74</b>	<b>101,3</b>
<b>Praia da Vitória</b>	<b>19 463</b>	<b>162,29</b>	<b>119,9</b>
Agualva	1 235	35,7	34,6
Biscoitos	1 449	26,3	55,1
Cabo da Praia	670	6,65	100,8
Fonte do Bastardo	1 171	8,9	131,6
Fontinhas	1 529	17,09	89,5
Lajes	3 410	11,15	305,8
Porto Martins	1 173	3,43	342,0
Santa Cruz	5 956	30,15	197,5
Quatro Ribeiras	322	13,09	24,6
São Brás	1 035	5,3	195,3
Vila Nova	1 513	7,96	190,1

Fonte: INE (2025)

As freguesias de Porto Martins, Lajes, Santa Cruz e São Brás, registam os maiores índices de densidade populacional, respetivamente, sendo que, como concelho, a Praia da Vitória regista uma das densidades populacionais mais elevada nos Açores, superior à média regional (101,3 hab./km<sup>2</sup>).

**Tabela 2 - População residente (n.º) na Região Autónoma dos Açores, por local de residência (à data dos Censos)**

	2011	2021	Variação
<b>Santa Maria</b>	<b>5 552</b>	<b>5 406</b>	<b>-2,63%</b>
Vila do Porto	5 552	5 406	-2,63%
<b>São Miguel</b>	<b>137 856</b>	<b>133 288</b>	<b>-3,31%</b>
Lagoa	14 442	14 189	-1,75%
Nordeste	4 937	4 368	-11,53%
Ponta Delgada	68 809	67 229	-2,30%
Povoação	6 327	5 791	-8,47%
Ribeira Grande	32 112	31 388	-2,25%
Vila Franca do Campo	11 229	10 323	-8,07%
<b>Terceira</b>	<b>56 437</b>	<b>53 234</b>	<b>-5,68%</b>
Angra do Heroísmo	35 402	33 771	-4,61%
<b>Praia da Vitória</b>	<b>21 035</b>	<b>19 463</b>	<b>-7,47%</b>
<b>Graciosa</b>	<b>4 391</b>	<b>4 090</b>	<b>-6,85%</b>
Santa Cruz da Graciosa	4 391	4 090	-6,85%
<b>São Jorge</b>	<b>9 171</b>	<b>8 373</b>	<b>-8,70%</b>
Calheta	3 773	3 437	-8,91%
Velas	5 398	4 936	-8,56%
<b>Pico</b>	<b>14 148</b>	<b>13 879</b>	<b>-1,90%</b>
Lajes do Pico	4 711	4 340	-7,88%
Madalena	6 049	6 319	4,46%
São Roque do Pico	3 388	3 220	-4,96%
<b>Faial</b>	<b>14 994</b>	<b>14 331</b>	<b>-4,42%</b>
Horta	14 994	14 331	-4,42%
<b>Flores</b>	<b>3 793</b>	<b>3 428</b>	<b>-9,62%</b>
Lajes das Flores	1 504	1 408	-6,38%
Santa Cruz das Flores	2 289	2 020	-11,75%
<b>Corvo</b>	<b>430</b>	<b>384</b>	<b>-10,70%</b>
Corvo	430	384	-10,70%
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>246 772</b>	<b>236 413</b>	<b>-4,20%</b>

Fonte: INE (2025)

Comparativamente aos Censos de 2011, verifica-se uma diminuição de 7,47% na população residente na Praia da Vitória. Neste período, apenas o concelho da Madalena do Pico registou uma variação populacional positiva.

É pertinente observar que a diminuição de 1.572 indivíduos na população na Praia da Vitória é o resultado de dois fatores, a baixa natalidade em comparação com a mortalidade e o saldo migratório deficitário registado no concelho.

Entre 2011 e 2020 (último ano com dados disponíveis), segundo dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), o concelho da Praia da Vitória registou um saldo natural consistentemente negativo, traduzido na diferença entre nascimentos e óbitos, com uma diminuição de 169 indivíduos. A par disso, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o saldo migratório entre 2011 e 2023 também apresenta tendência negativa, o que reforça a ideia de um declínio demográfico sustentado por duas dinâmicas complementares: o envelhecimento da população e a perda líquida de residentes para outros territórios.

Do ponto de vista económico, a Praia da Vitória revela uma economia fortemente ancorada no setor terciário, à semelhança do que se verifica na região. De acordo com os dados mais recentes do INE (2023) representados no gráfico 1, o setor dos serviços contribui com cerca de 61,7% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) concelhio, valor ligeiramente abaixo da média regional (65,7%), evidenciando a importância deste setor na estrutura económica local.

O setor secundário assume um peso significativo na Praia da Vitória, com uma contribuição de 26,7% para o VAB, refletindo a relevância das atividades industriais e de construção. Já o setor primário, que inclui agricultura, pesca e atividades extrativas, apresenta uma contribuição residual de 11,5%, mantendo-se como o setor com menor expressão económica.

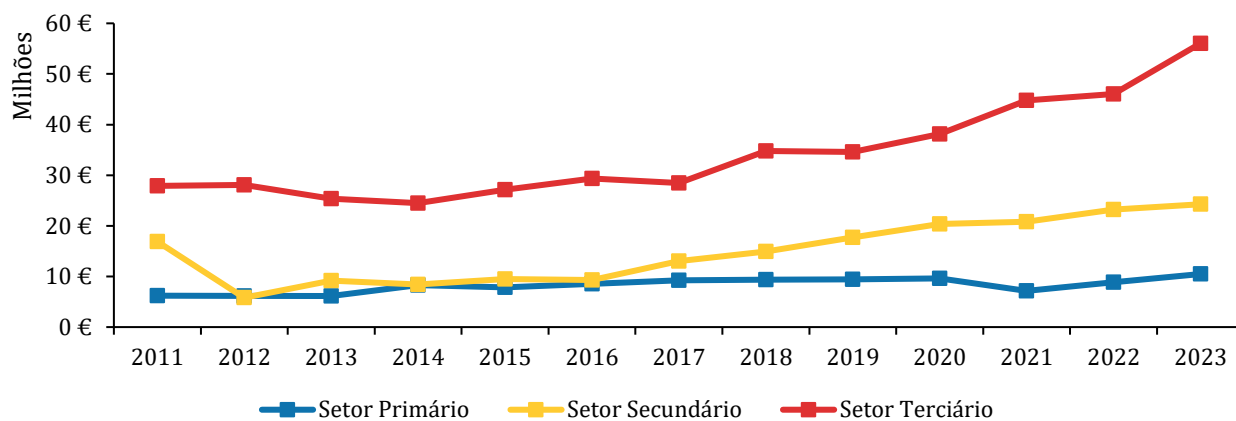
Analisando a evolução entre 2011 e 2020, o setor terciário revela-se como o motor da economia concelhia, apresentando o VAB mais elevado e com tendência crescente ao longo do período. Após uma fase de relativa estabilidade entre 2011 e 2015, verifica-se uma trajetória de crescimento contínuo a partir de 2016, com destaque para o período pós pandemia da Covid-19, em que o VAB atinge os valores mais altos da série, culminando em 2022 com um pico significativo. Esta evolução pode estar associada à retoma do turismo e à recuperação dos serviços após o impacto da pandemia, refletindo a crescente terciarização da economia local.

O setor secundário apresenta uma trajetória moderadamente ascendente. Após um decréscimo acentuado entre 2011 e 2012, o VAB estabiliza entre 2013 e 2016 e inicia um crescimento sustentado a partir de 2017, com um ligeiro abrandamento em 2020, provavelmente devido à pandemia. Nos anos seguintes, o setor mostra sinais de recuperação, atingindo, em 2022, o seu valor mais elevado da década. Esta progressão poderá refletir a retoma da construção civil, obras públicas e uma maior atividade empresarial industrial.

O setor primário mantém-se como o menos expressivo em termos de VAB, com valores significativamente inferiores aos outros setores. Entre 2011 e 2020, observa-se uma estabilidade quase total, com variações mínimas. Contudo, em 2021 verifica-se uma quebra

abrupta de 27,6%, seguida de uma ligeira recuperação em 2022, que, no entanto, não atinge os níveis pré-pandemia. Este comportamento pode indicar uma vulnerabilidade estrutural deste setor face a choques externos ou alterações nas cadeias de abastecimento e procura.

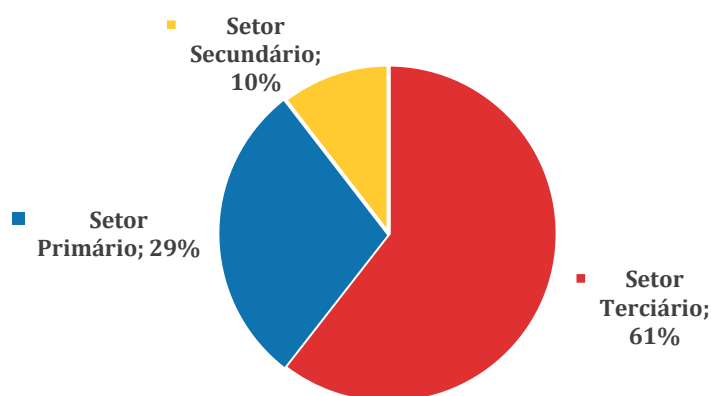
**Gráfico 1 - Valor Acrescentado Bruto (VAB), em euros, das empresas, por setor de atividade, no concelho da Praia da Vitória**



Fonte: INE (2025)

A análise às empresas sediadas no concelho da Praia da Vitória, em 2023, revela a predominância de entidades do setor terciário (60,5%), responsáveis pela empregabilidade de 76,6% dos trabalhadores empregados no concelho. O setor secundário contempla 10,5% das entidades sediadas no concelho praiense, empregando 20,9% dos trabalhadores concelhios. Finalmente, o setor primário apresenta cerca de 29,0% das empresas do concelho e 2,4% das pessoas empregadas, ligeiramente inferior à realidade regional (2,7%).

**Gráfico 2 - Empresas, por setor de atividade, no concelho da Praia da Vitória, em 2023**



Fonte: INE (2025)

### 2.1.1. Infância e Juventude

As alterações demográficas observadas num território têm uma relação direta com a evolução da natalidade e da estrutura etária da população, fatores que influenciam de forma significativa a dimensão e natureza das respostas sociais a disponibilizar. A redução de nascimentos e o consequente envelhecimento populacional impõem a necessidade de reorientar prioridades, sobretudo no que se refere à distribuição e tipologia dos serviços sociais.

No caso do concelho da Praia da Vitória, a análise da variação da população residente com menos de 18 anos revela uma diminuição mais acentuada face à população total, refletindo uma tendência de envelhecimento demográfico. Esta realidade traduz-se numa redução progressiva da população em idade escolar e de entrada no mercado de trabalho, o que poderá ter implicações no planeamento de respostas sociais destinadas à infância e juventude.

**Tabela 3** - Variação percentual da população total e da população com menos de 18 anos, por local de residência, entre 2011 e 2021, à data dos Censos

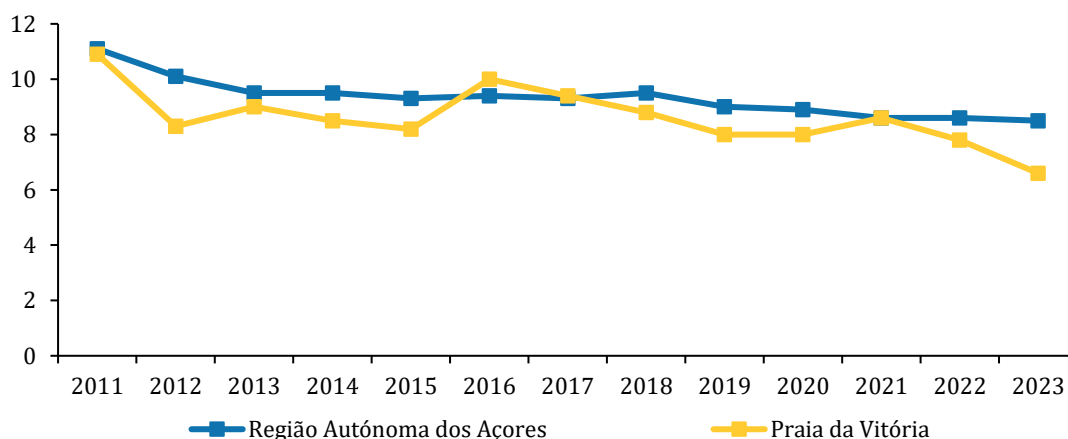
	Variação (%)	
	Total	0-18
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	-4,2%	-21,1%
<b>Ilha Terceira</b>	-5,7%	-21,8%
<b>Praia da Vitória</b>	-7,5%	-22,2%
Agualva	-13,8%	-37,5%
Biscoitos	1,8%	-5,0%
Cabo da Praia	-5,9%	-32,4%
Fonte do Bastardo	-8,4%	-25,1%
Fontinhas	-4,1%	-25,9%
Lajes	-8,9%	-18,4%
Porto Martins	17,2%	5,3%
Santa Cruz	-11,0%	-24,7%
Quatro Ribeiras	-18,3%	-23,9%
São Brás	-4,9%	-27,1%
Vila Nova	-9,8%	-24,1%

Fonte: INE (2024)

Apesar de a realidade demográfica do concelho da Praia da Vitória acompanhar, em linhas gerais, a tendência observada na Região, destaca-se a quebra acentuada de 22,2% na população com menos de 18 anos entre os últimos Censos. Esta diminuição é particularmente expressiva em algumas freguesias, nomeadamente Agualva e Cabo da Praia, onde as reduções superaram os 30%, evidenciando uma tendência de despovoamento jovem mais marcada. Em contraste, a freguesia de Porto Martins foi a única a registar um aumento da população jovem, embora com uma variação pouco significativa quando comparada com a variação populacional geral registada na freguesia.

Importa sublinhar que esta evolução demográfica está parcialmente relacionada com o decréscimo continuado da taxa de natalidade no concelho da Praia da Vitória, que desde 2012 tem-se mantido abaixo dos 10‰, refletindo uma tendência persistente de redução dos nascimentos. No período em análise, apenas no ano de 2016 a taxa de natalidade concelhia ultrapassou o valor registado a nível regional, constituindo uma exceção num quadro de declínio.

**Gráfico 3 - Taxa de natalidade, em permilagem, na Região Autónoma dos Açores e no concelho da Praia da Vitória**



Fonte: INE (2025)

A tendência de adiamento da maternidade constitui um dos fatores que contribui para a redução da natalidade observada na Praia da Vitória e na Região Autónoma dos Açores. A análise comparativa entre 2011 e 2024 revela uma diminuição significativa do número de mulheres em idade fértil mais jovem, sobretudo nos grupos etários entre os 15 e os 29 anos. No concelho, destaca-se a quebra acentuada de -83,3% no grupo dos 15-19 anos, e de -55,6% entre os 20-24 anos, refletindo uma redução expressiva da população em idades tipicamente associadas à maternidade precoce.

Por outro lado, verifica-se um aumento relativo nos grupos etários mais avançados, especialmente entre os 40 e 44 anos, onde o número de progenitoras na Praia da Vitória cresceu 150% no mesmo período. Embora o número absoluto ainda seja reduzido, esta mudança confirma a tendência crescente de adiamento do primeiro filho, acompanhada por um aumento dos nascimentos em mulheres com mais de 35 anos.

Esta transformação demográfica e cultural, associada a fatores económicos, profissionais e sociais, resulta numa diminuição global do número de nascimentos, uma vez que o adiamento da maternidade tende a reduzir o número médio de filhos por mulher e a concentrar os nascimentos em idades onde os riscos médicos são mais elevados e as oportunidades de gravidez são biologicamente mais limitadas.

**Tabela 4 - Nados vivos por local de residência e grupo etário da mãe e variação entre os anos de 2011 e 2024**

	2011		2024		Variação (%)	
	RAA	Praia da Vitória	RAA	Praia da Vitória	RAA	Praia da Vitória
<b>10 - 14 anos</b>	1	0	1	1	0,0%	0,0%
<b>15 - 19 anos</b>	224	12	69	2	-69,2%	-83,3%
<b>20 - 24 anos</b>	496	45	248	20	-50,0%	-55,6%
<b>25 - 29 anos</b>	787	75	464	36	-41,0%	-52,0%
<b>30 - 34 anos</b>	784	62	558	44	-28,8%	-29,0%
<b>35 - 39 anos</b>	391	29	408	25	4,3%	-13,8%
<b>40 - 44 anos</b>	62	6	103	15	66,1%	150,0%
<b>45 - 49 anos</b>	3	0	18	2	500,0%	0,0%
<b>50 e mais anos</b>	0	0	2	0	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	2748	229	1871	145	-31,9%	-36,7%

Fonte: INE (2025)

Além do aumento da idade média das progenitoras, também se verifica, no concelho em análise, uma melhoria significativa nos níveis de escolaridade da população entre 2011 e 2024. Esta evolução acompanha a tendência positiva registada tanto na Ilha Terceira como na Região, refletindo o progresso geral no acesso e conclusão de níveis de ensino mais elevados.

Em 2011, 42,4% dos nados vivos no concelho da Praia da Vitória tinha uma mãe cujo o nível de escolaridade mais elevado era o ensino básico. No entanto, este valor diminuiu para 30,3% em 2024, representando uma queda de mais de 12 pontos percentuais. Em contrapartida, o ensino secundário passou a ser o nível de escolaridade mais representativo, com 37,9% da população, ultrapassando claramente os valores registados em 2011 (35,4%).

**Tabela 5 - Proporção de nados vivos, por local de residência e por nível de escolaridade mais completo da mãe**

	2011		2024	
	RAA	Praia da Vitória	RAA	Praia da Vitória
<b>Nenhum</b>	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Ensino Básico</b>	57,1%	42,4%	33,1%	30,3%
<b>Ensino Secundário</b>	21,9%	35,4%	35,0%	37,9%
<b>Ensino Superior</b>	20,1%	21,8%	29,7%	29,0%
<b>N/A</b>	0,4%	0,4%	2,2%	2,8%

Fonte: INE (2025)

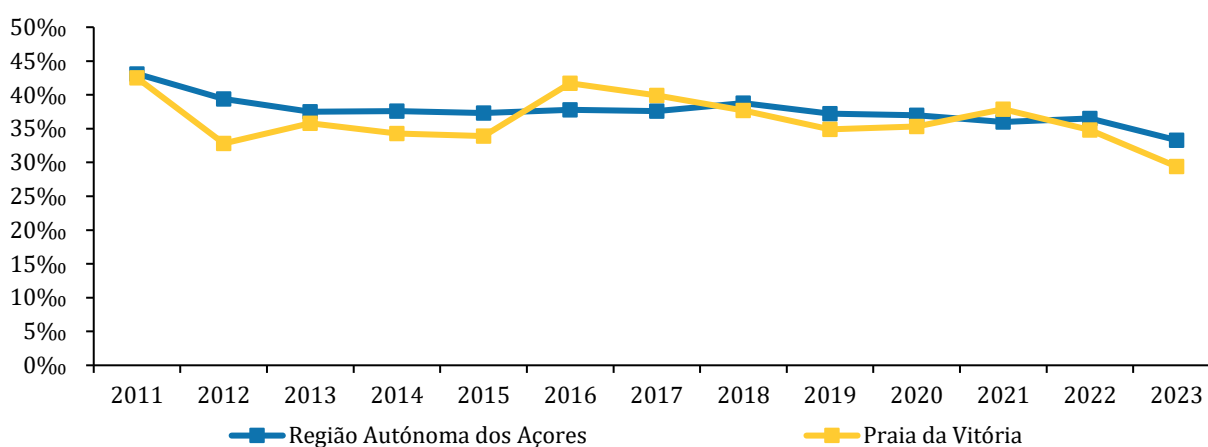
Destaca-se ainda o crescimento da proporção dos nados vivos com mães residentes com ensino superior completo, que passou de 21,8% para 29%, evidenciando uma melhoria expressiva no capital humano local. Este aumento pode ser relevante não só para a qualificação da força de trabalho, mas também para as mudanças nos comportamentos sociais e familiares, nomeadamente no adiamento da maternidade e na maior procura por serviços especializados.

Estes dados apontam para uma transformação positiva no perfil educacional da população da Praia da Vitória, fator determinante para o desenvolvimento socioeconómico local, com impactos diretos nas áreas da empregabilidade, saúde, natalidade e planeamento familiar.

A realidade demográfica da Praia da Vitória é, em grande medida, influenciada pela redução progressiva do índice de fecundidade, o que contribui diretamente para a diminuição da natalidade e o conseqüente envelhecimento da população. De acordo com os dados do INE, observa-se entre 2011 e 2023 uma tendência decrescente do índice de fecundidade, tanto no concelho como na Região Autónoma dos Açores, embora com particular incidência na Praia da Vitória.

O gráfico revela que, à exceção de alguns picos pontuais (notavelmente em 2016 e 2021), o índice de fecundidade da Praia da Vitória se mantém, na maioria dos anos, abaixo da média regional. Esta diferença acentuou-se especialmente nos últimos anos da série, com 2023 a registar um dos valores mais baixos da década no concelho, refletindo uma tendência mais acentuada de redução da fecundidade local face ao comportamento regional.

**Gráfico 4 - Índice de fecundidade, em permilagem, na Região Autónoma dos Açores e no concelho de Praia da Vitória**



Fonte: INE (2025)

Para compreender de forma mais precisa a necessidade de apoios sociais direcionados à população jovem, é fundamental analisar a evolução dos agregados familiares monoparentais, uma tipologia de família com particular vulnerabilidade económica e social.

Na Região Autónoma dos Açores, os dados dos Censos indicam que as famílias monoparentais representavam 13,1% do total dos agregados familiares em 2011, aumentando essa proporção para 15,3% em 2021, confirmando uma tendência crescente na prevalência deste tipo de estrutura familiar.

**Tabela 6 - Núcleos familiares na Região Autónoma dos Açores, na ilha Terceira e no concelho da Praia da Vitória, por freguesia à data dos Censos**

	2011			2021		
	Pai com filhos	Mãe com filhos	Total	Pai com filhos	Mãe com filhos	Total
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	1 466	9 266	10 732	1 919	11 100	13 019
<b>Ilha Terceira</b>	349	2 237	2 586	460	2 540	3 000
<b>Praia da Vitória</b>	103	730	833	148	831	979
Aqualva	4	27	31	11	31	42
Biscoitos	4	52	56	8	55	63
Cabo da Praia	4	23	27	6	21	27
Fonte do Bastardo	4	59	63	11	49	60
Fontinhas	4	42	46	8	44	52
Lajes	20	101	121	22	155	177
Porto Martins	3	31	34	5	41	46
Santa Cruz	42	312	354	58	329	387
Quatro Ribeiras	2	12	14	2	14	16
São Brás	3	27	30	2	31	33
Vila Nova	13	44	57	15	61	76

Fonte: INE (2025)

No concelho da Praia da Vitória, a mesma tendência é evidente. Em 2011, existiam 833 núcleos familiares compostos por um progenitor com filhos, número que subiu 17,5% em dez anos. Esta variação pode reforçar a necessidade de adaptar as respostas sociais a uma realidade familiar cada vez mais marcada pela monoparentalidade.

Em ambos os anos analisados, verifica-se que a maioria destes agregados corresponde a mães com filhos, mantendo-se a proporção acima dos 85% do total de famílias monoparentais no concelho. Apesar do ligeiro aumento dos casos em que o pai assume o papel de único progenitor – que passaram de 103 em 2011 para 148 em 2021 –, continua a ser uma realidade residual face ao número de mães sozinhas com filhos (730 em 2011 e 831 em 2021).

Ao analisar a distribuição por freguesia, constata-se que o aumento de famílias monoparentais foi generalizado. Destacam-se em 2021 as freguesias de Santa Cruz, com 387 agregados monoparentais, Lajes, com 177, e Fonte do Bastardo, com 60, como os territórios com maior número de casos. Estes dados são especialmente relevantes, pois sinalizam as zonas do concelho onde o reforço de políticas de apoio à família e à infância poderá ter maior impacto social.

A análise destes núcleos evidencia, portanto, uma transformação nas dinâmicas familiares locais, que deve ser considerada no planeamento de respostas sociais, nomeadamente através da oferta de serviços de apoio à parentalidade, à conciliação da vida profissional e familiar, e ao combate à pobreza infantil.

No seguimento à análise das condições demográficas dos jovens e das suas famílias, torna-se essencial considerar a evolução da taxa de retenção e desistência no ensino básico, enquanto indicador que afeta diretamente a falta de respostas sociais educativas e de integração social.

Os dados relativos ao concelho da Praia da Vitória revelam uma tendência positiva de redução do indicador em análise entre os anos letivos de 2014/2015 e 2022/2023, em linha com os esforços verificados a nível regional. No conjunto do ensino básico, a taxa de retenção e desistência escolar baixou de 7,5% para 5,3%, confirmando uma melhoria sustentada na retenção e progressão dos alunos no sistema educativo.

Apesar dos progressos alcançados, os valores ainda observados, sobretudo no 3.º ciclo, podem continuar a justificar a existência de programas específicos de apoio escolar, orientação vocacional e intervenção social precoce, com o objetivo de garantir a permanência dos jovens no sistema de ensino e a sua integração plena no percurso formativo e profissional.

**Tabela 7 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico anual na Região Autónoma dos Açores e no concelho da Praia da Vitória**

	2014 / 2015		2022 / 2023	
	RAA	Praia da Vitória	RAA	Praia da Vitória
<b>Ensino básico</b>	11,9%	7,5%	6,0%	5,3%
<b>1.º Ciclo do Ensino Básico</b>	5,8%	4,5%	4,0%	2,7%
<b>2.º Ciclo do Ensino Básico</b>	13,0%	7,1%	4,5%	5,5%
<b>3.º Ciclo do Ensino Básico</b>	19,8%	11,9%	9,5%	8,9%

Fonte: INE (2025)

As problemáticas associadas à população juvenil apresentam-se frequentemente como situações complexas e multifatoriais, exigindo uma intervenção integrada no seio familiar. Esta abordagem visa reforçar as competências parentais e os recursos internos dos agregados familiares, de forma a garantir a permanência segura das crianças e jovens no seu meio natural, prevenindo, sempre que possível, situações de acolhimento residencial ou promovendo a sua desinstitucionalização.

Neste contexto, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) estabelece o enquadramento legal da atuação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ's). Estas comissões têm como missão promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações que coloquem em risco a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento global, atuando preferencialmente em articulação com a família e os serviços locais.

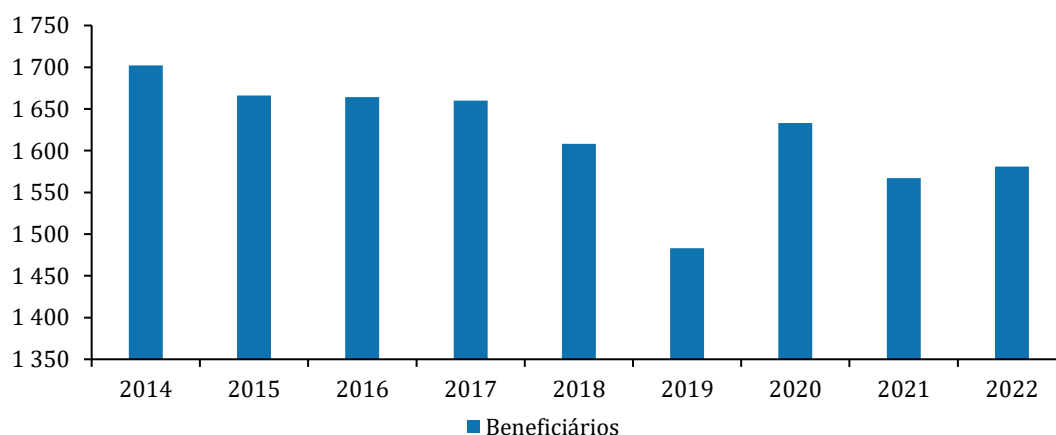
Embora até à data não existam dados específicos publicados para o concelho da Praia da Vitória quanto ao número de processos e tipologias de intervenção da CPCJ local, a tendência observada a nível regional e nacional aponta para uma incidência crescente de situações de exposição a comportamentos de risco, como a violência doméstica, negligência parental, absentismo escolar e o consumo de substâncias psicoativas no meio familiar. Estes fatores reforçam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e articulada.

Complementarmente à intervenção de proteção, importa considerar os mecanismos de apoio socioeconómico que visam mitigar as dificuldades enfrentadas pelas famílias e prevenir situações de risco e exclusão social. Neste âmbito, destaca-se o abono de família para crianças e jovens, uma prestação pecuniária com montante variável, atribuída com base no rendimento do agregado familiar, composição e idade dos beneficiários. Trata-se de um dos principais instrumentos de proteção social na infância, com impacto direto na capacidade das famílias assegurarem o sustento e a educação dos seus descendentes.

No concelho da Praia da Vitória, a evolução do número de beneficiários entre 2014 e 2022 evidencia uma tendência decrescente, com oscilações pontuais, mas uma redução clara face ao início da série. A redução progressiva poderá também refletir a diminuição da natalidade e as alterações na estrutura dos agregados familiares.

Apesar da ligeira recuperação registada em 2022, os valores continuam significativamente abaixo dos registados no início da década, o que reforça a importância de complementar esta prestação com outras medidas de apoio à infância, nomeadamente junto de famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica.

**Gráfico 5** - N.º de beneficiários do abono de família para crianças e jovens no concelho da Praia da Vitória



Fonte: INE (2025)

## 2.1.2. População Adulta

A intervenção social junto da população adulta incide, em grande medida, nas pessoas idosas e nas pessoas com deficiência, que frequentemente enfrentam limitações físicas, cognitivas ou sociais que afetam a sua autonomia e qualidade de vida. Estas situações exigem cuidados acrescidos e respostas especializadas, adequadas ao seu perfil funcional e contexto familiar.

Face à indisponibilidade de dados atualizados sobre a população em situação de dependência no concelho, esta análise foca-se especificamente nestes dois grupos particularmente vulneráveis, reconhecendo a importância de garantir respostas sociais diferenciadas e ajustadas às suas necessidades.

### 2.1.2.1. População idosa

O alargamento da esperança média de vida constitui um dos principais fatores estruturais do envelhecimento populacional, com impacto direto na necessidade de respostas sociais ajustadas à população idosa.

Entre 2011 e 2021, de acordo com os dados dos Censos, observa-se no concelho da Praia da Vitória uma diminuição da população total em cerca de 7,5%, contrastando com um aumento da população com 65 ou mais anos (+ 24,0%). Este fenómeno confirma uma tendência demográfica de envelhecimento acentuado, superior à verificada na Região Autónoma dos Açores no mesmo período (+ 20,8%).

**Tabela 8** - Variação percentual da população total e da população com idade igual ou superior a 65 anos, por local de residência, entre 2011 e 2021, à data dos Censos

	Variação (%)	
	Total	>/= 65 anos
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	-4,2%	20,8%
<b>Ilha Terceira</b>	-5,7%	24,6%
Praia da Vitória	-7,5%	24,0%
Agualva	-13,8%	16,5%
Biscoitos	1,8%	23,0%
Cabo da Praia	-5,9%	32,6%
Fonte do Bastardo	-8,4%	11,3%
Fontinhas	-4,1%	31,1%
Lajes	-8,9%	35,9%
Porto Martins	17,2%	31,9%
Santa Cruz	-11,0%	20,5%
Quatro Ribeiras	-18,3%	-6,2%
São Brás	-4,9%	37,2%
Vila Nova	-9,8%	22,4%

Fonte: INE (2025)

Destaca-se ainda que, embora a maioria das freguesias tenha registado reduções na população total, a percentagem de idosos aumentou em quase todas elas. Este desfasamento revela uma contração populacional acompanhada por uma estrutura etária mais envelhecida, o que reforça a necessidade de políticas locais adaptadas às exigências do envelhecimento.

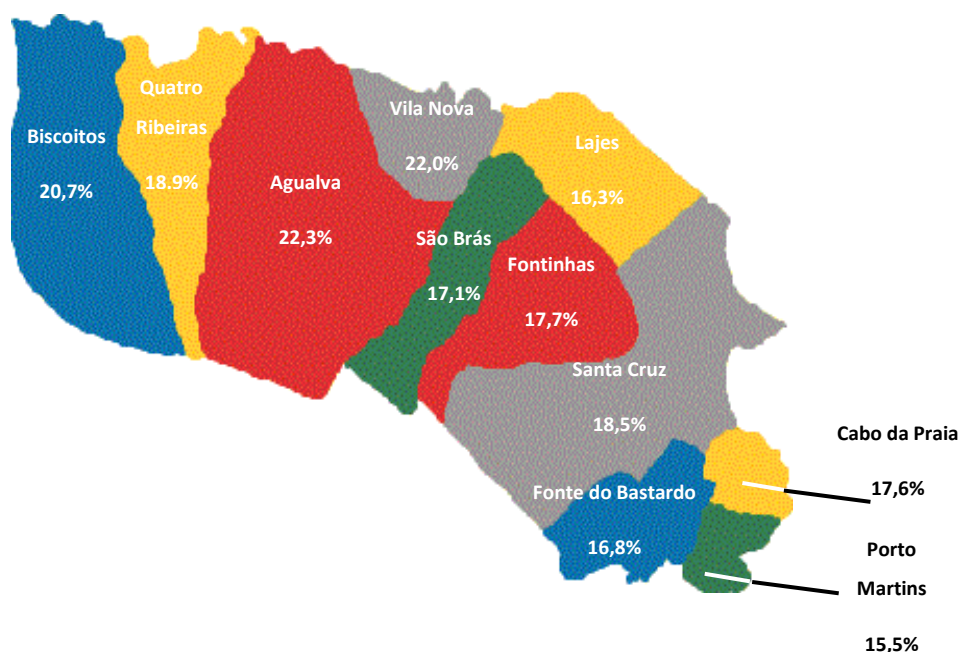
Esta realidade evidencia a importância de dimensionar adequadamente a rede de serviços sociais, considerando a distribuição geográfica da população idosa e as especificidades territoriais de cada freguesia da Praia da Vitória.

A análise espacial da distribuição da população idosa no concelho, à data dos Censos de 2021, permite identificar desigualdades significativas entre freguesias, evidenciando padrões de concentração etária associados a fatores geográficos, económicos e funcionais.

Verifica-se que as freguesias mais periféricas, nomeadamente Biscoitos (20,7%), Agualva (22,3%) e Vila Nova (22,0%), apresentam percentagens mais elevadas de população idosa. Estes territórios, mais afastados dos principais centros urbanos e com maior tradição agrícola ou residencial envelhecida, revelam um perfil demográfico marcadamente sénior.

Em contraste, freguesias como Fonte do Bastardo (16,8%), Lajes (16,3%) e Porto Martins (15,5%) apresentam valores mais baixos, indicando a presença de população mais jovem ou com maior dinâmica populacional.

**Figura 2** - Proporção da população residente com idade igual ou superior a 65 anos, no concelho da Praia da Vitória, à data dos Censos de 2021, por freguesia



Fonte: INE (2025)

Esta distribuição poderá estar relacionada com a necessidade da população ativa se instalar em zonas com melhores condições de mobilidade, acessibilidade a serviços e habitação mais económica, evitando o centro urbano mais consolidado, onde os preços e a escassez de oferta habitacional são mais limitativos. Por sua vez, a população idosa tende a permanecer nos territórios de origem, com menor rotatividade habitacional e maior enraizamento social.

A contínua evolução positiva da população idosa tem conduzido a um aumento progressivo de situações de dependência física, psíquica e social, criando uma pressão crescente sobre os serviços e respostas sociais, nomeadamente os destinados ao apoio de longa duração e cuidados especializados.

A longevidade da população está intrinsecamente relacionada com melhorias nos níveis de educação, maior acesso a cuidados de saúde primários e hospitalares, avanços na tecnologia médica e redução de desigualdades em saúde. Estes fatores têm vindo a influenciar não apenas o aumento da esperança média de vida, mas também a qualidade do envelhecimento.

O Índice de Longevidade mede o peso relativo da população com 75 ou mais anos dentro do grupo etário dos 65 e mais anos, permitindo avaliar o envelhecimento dentro do próprio grupo sénior. Com base nos dados dos Censos de 2011 e 2021, é possível observar, no concelho da Praia da Vitória, uma tendência geral de diminuição deste índice, tanto em homens como em mulheres, refletindo uma redução da proporção de população mais envelhecida dentro do grupo idoso.

À semelhança da tendência regional, o concelho apresenta uma queda do índice médio de longevidade nos dois sexos: nos homens, de 42,1 para 36,5, e nas mulheres, de 46,7 para 45,3. Esta descida é particularmente acentuada em freguesias como Cabo da Praia, onde o índice caiu de 54,6 para 23,7 nos homens. Tais variações podem estar associadas a diferenças no perfil etário da população residente, na migração interna e na mortalidade específica por idade.

Por outro lado, algumas freguesias revelam aumentos no índice de longevidade, sugerindo uma maior concentração de população muito idosa. Em Porto Martins, por exemplo, o valor entre as mulheres passou de 43,2 para 51,0, e nos homens de 37,5 para 47,5, revelando um envelhecimento mais profundo da estrutura etária local.

Estes dados revelam padrões diferenciados de envelhecimento dentro do concelho, sendo essencial que a oferta de cuidados e serviços sociais seja adaptada à realidade demográfica de cada freguesia, com atenção especial para os territórios onde há uma maior concentração de idosos em idade mais avançada, frequentemente mais vulneráveis e dependentes.

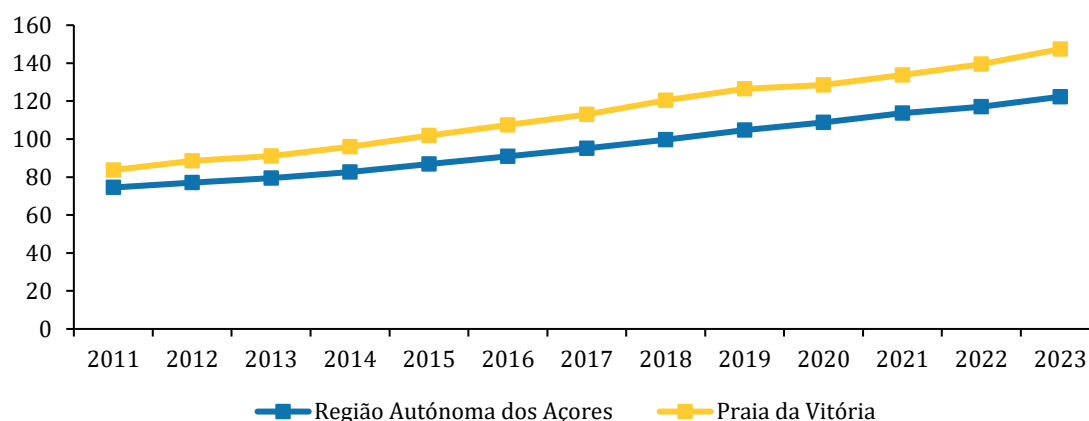
**Tabela 9** - Índice de longevidade na Região Autónoma dos Açores e no concelho da Praia da Vitória, por freguesia e género, à data dos Censos

	2011		2021	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>41,6</b>	<b>50,4</b>	<b>37,1</b>	<b>48,2</b>
Praia da Vitória	42,1	46,7	36,5	45,3
Aqualva	35,3	45,9	40,8	48,1
Biscoitos	42,3	48,1	30,5	42,6
Cabo da Praia	54,6	46,7	23,7	28,8
Fonte do Bastardo	34,6	46,5	43,6	50,4
Fontinhas	47,4	39,6	40,2	47,1
Lajes	40,7	45,0	30,8	43,0
Porto Martins	37,5	43,2	47,5	51,0
Santa Cruz	42,5	50,7	37,8	45,9
Quatro Ribeiras	33,3	44,7	53,3	48,4
São Brás	44,0	43,0	32,9	50,0
Vila Nova	48,0	44,3	34,0	41,9

Fonte: INE (2025)

O agravamento do envelhecimento demográfico é também evidente pela evolução do índice de envelhecimento, indicador que compara o número de pessoas com 65 ou mais anos face à população com menos de 15 anos. Este indicador tem sofrido agravamentos de forma consistente entre 2011 e 2023, tanto a nível regional como concelhio. O concelho apresenta valores superiores à média regional, refletindo um envelhecimento mais acentuado da sua população. Esta tendência resulta, entre outros fatores, da redução da natalidade, agravando o desequilíbrio entre gerações.

**Gráfico 6** - Índice de envelhecimento na Região Autónoma dos Açores e no concelho da Praia da Vitória, à data dos Censos

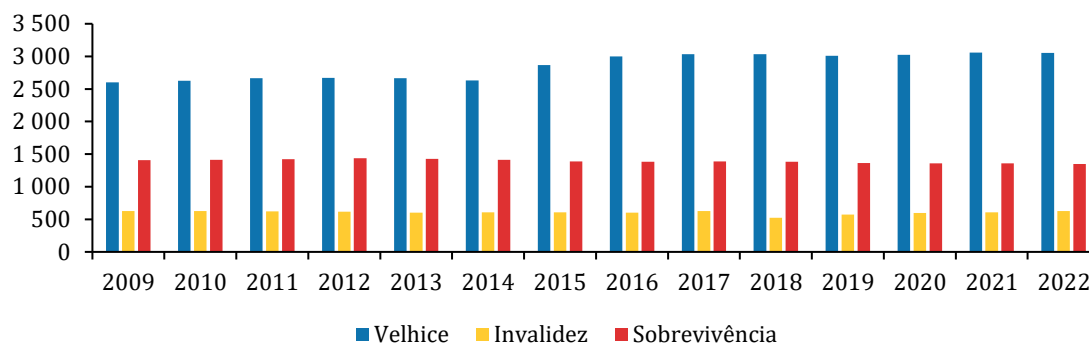


Fonte: INE (2025)

Este envelhecimento mais acentuado da população tem também expressão direta no sistema de proteção social, particularmente no aumento do número de beneficiários de pensões de velhice.

No concelho da Praia da Vitória, entre 2009 e 2022, regista-se um crescimento consistente deste tipo de pensão, evidenciando o peso crescente da população reformada e a pressão acrescida sobre as respostas sociais e económicas associadas ao envelhecimento. Em sentido oposto, as pensões de sobrevivência apresentam uma ligeira diminuição, enquanto as pensões de invalidez se mantêm relativamente estáveis ao longo do período.

**Gráfico 7 - N.º de pensionistas da Segurança Social no concelho da Praia da Vitória, por tipo de pensão**

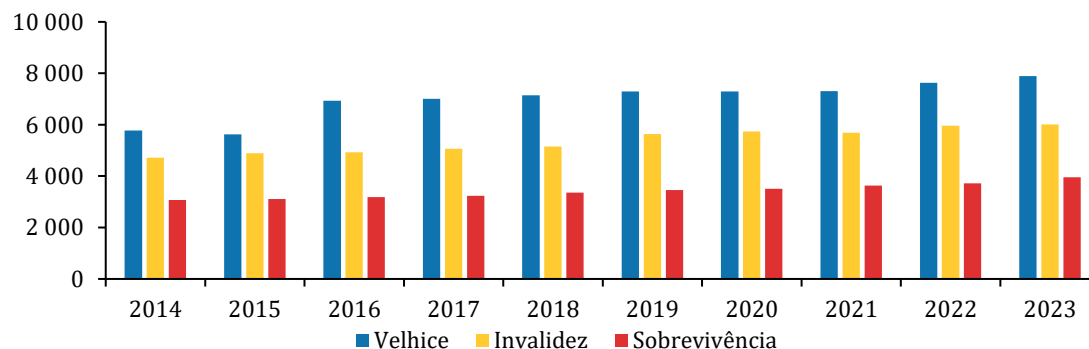


Fonte: PORDATA (2025)

Paralelamente ao aumento do número de pensionistas, também o valor médio anual das pensões atribuídas pela Segurança Social no concelho em análise registou uma evolução globalmente positiva entre 2014 e 2023. Durante este período, observa-se uma tendência de crescimento nos valores médios das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, refletindo atualizações anuais e melhorias no tempo contributivo dos beneficiários.

Apesar de pequenas quebras pontuais, nomeadamente nas pensões de invalidez em 2015, 2018 e 2021, o valor médio anual total das pensões aumentou 37,9% entre 2014 e 2023, atingindo 6.603 euros em 2023. Este valor posiciona a Praia da Vitória como o terceiro concelho da região com maior valor médio anual de pensões, apenas superado por Vila do Porto e Ponta Delgada.

**Gráfico 8 - Valor médio anual das pensões da segurança social no concelho da Praia da Vitória, por tipo de pensão**



Fonte: INE (2025)

2.1.2.2. Pessoas com deficiência

No âmbito da população adulta, a evolução da população com deficiência constitui um indicador relevante para o planeamento de respostas sociais especializadas, justificando a existência de equipamentos e serviços dedicados, como centros de atividades ocupacionais, lares residenciais ou apoio domiciliário adaptado.

Embora não existam dados atualizados sobre o número de pessoas com deficiência no concelho da Praia da Vitória, os Censos de 2001 indicavam que 3,1% da população residente apresentava algum tipo de deficiência, valor inferior à média regional (4,1%).

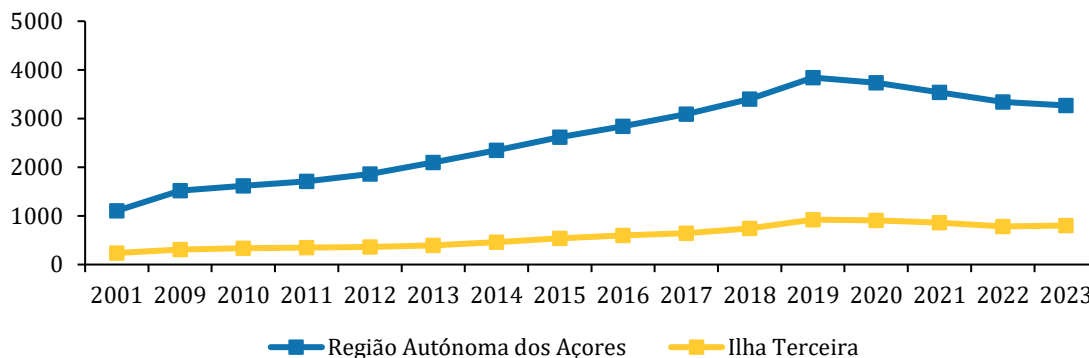
Na ausência de dados recentes sobre a prevalência da deficiência na população residente, é possível observar a evolução do número de beneficiários da bonificação por deficiência da Segurança Social, um apoio atribuído a crianças e jovens com deficiência, nos termos do Decreto-Lei n.º 136/2019, de 6 de setembro.

Entre 2009 e 2019, o número de beneficiários desta prestação registou um crescimento constante, tanto a nível regional, como na ilha Terceira (não existem dados concelhios disponíveis à data), refletindo uma maior cobertura social e capacidade de resposta. Contudo, a partir de 2019, observa-se um declínio contínuo no número de beneficiários, mais acentuado a nível regional.

Esta inflexão coincide com a entrada em vigor de novas regras de elegibilidade, que restringiram o acesso à bonificação.

Esta tendência poderá não indicar uma redução real da incidência de deficiência, mas sim uma quebra no número de requerentes elegíveis, reforçando a necessidade de acompanhar os efeitos da alteração legislativa e garantir respostas sociais ajustadas à realidade.

Gráfico 9 - Titulares de subsídio de bonificação, por deficiência, da Segurança Social, na Região Autónoma dos Açores e na ilha Terceira



Fonte: PORDATA (2024)

### 2.1.3. Família e Comunidade

O conceito de família tem sofrido transformações significativas, com impacto direto na sua composição, dinâmicas e funções sociais. Estas mudanças resultam não apenas das alterações demográficas, como o envelhecimento populacional e a diminuição da natalidade, mas também de processos de transformação global que afetam a economia, os valores, os comportamentos e as relações sociais.

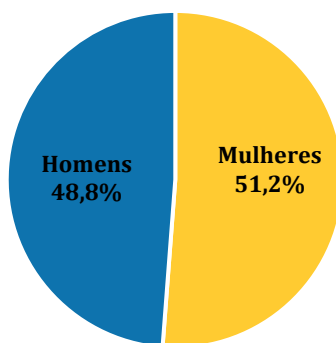
Fenómenos como a individualização crescente, a redução da coabitação intergeracional e o enfraquecimento dos laços tradicionais de dependência refletem-se no seio familiar, gerando novas necessidades de apoio, proteção e integração social. As famílias tornaram-se mais diversas, menos numerosas e mais vulneráveis a fatores externos como instabilidade laboral, migração ou isolamento social.

Em articulação com a família, a comunidade assume-se como o espaço de convivência e socialização alargada, onde se observam as consequências destas mudanças. É na comunidade que se materializam os efeitos das transformações familiares, e é também nela que emergem respostas de proximidade, solidariedade e coesão social, essenciais para compensar fragilidades individuais e reforçar redes de apoio informal e institucional.

A comunidade do concelho da Praia da Vitória era composta, segundo os Censos de 2021, por cerca de 19.500 habitantes, dos quais 51,2% eram do sexo feminino e 48,8% do sexo masculino.

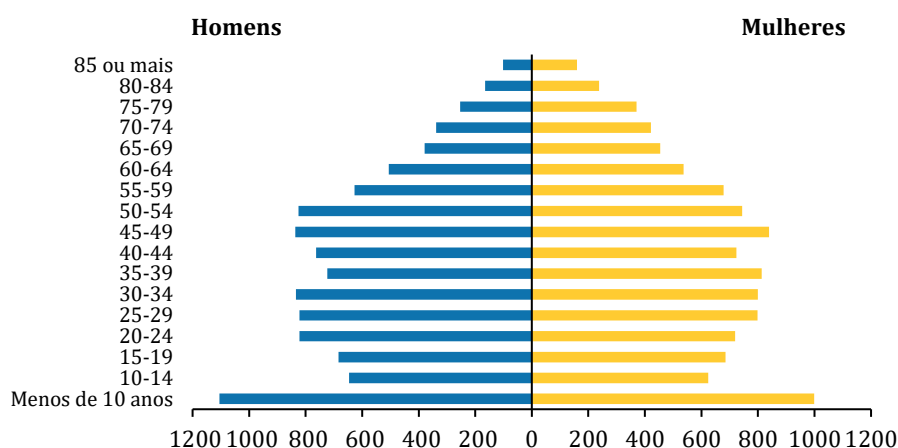
A análise demográfica confirma uma redução da natalidade e um envelhecimento progressivo da população, fenómenos transversais ao país, mas particularmente visíveis no concelho da Praia da Vitória. A comparação entre as pirâmides etárias de 2011 e 2021 revela transformações significativas na estrutura da população, refletindo uma transição para uma sociedade mais envelhecida.

**Gráfico 10** - Distribuição da população residente no concelho da Praia da Vitória, por sexo, à data dos Censos de 2021



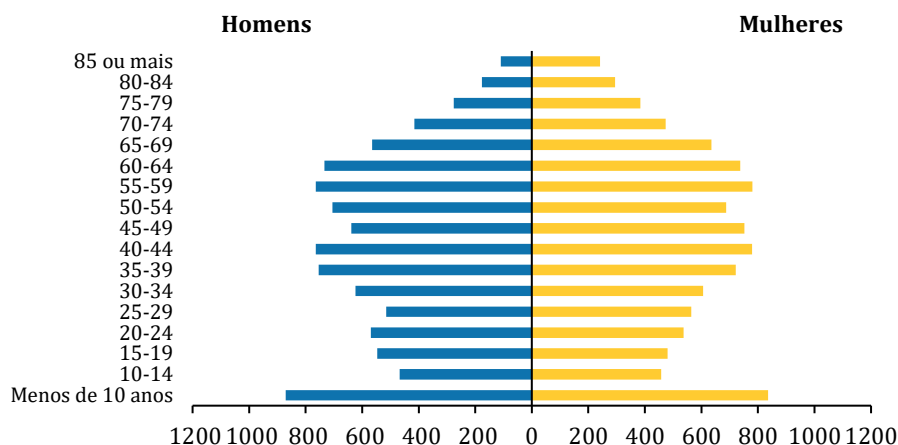
Fonte: INE (2025)

Gráfico 11 - Pirâmide etária do concelho da Praia da Vitória, construída com os dados dos Censos de 2011



Fonte: INE (2025)

Gráfico 12 - Pirâmide etária do concelho da Praia da Vitória, construída com os dados dos Censos de 2021



Fonte: INE (2025)

As pirâmides organizam a população em três segmentos principais: a base, que representa os mais jovens; o corpo central, correspondente à população adulta ativa; e o topo, onde se concentram os grupos mais idosos. Em 2021, os grupos etários entre os 40 e os 49 anos assumem maior expressão, enquanto os grupos com mais de 80 anos continuam a representar a menor fatia da população. Apesar dessa representação inferior, observa-se uma tendência clara de envelhecimento, motivada pela baixa natalidade e aumento da longevidade.

A proporção da população com menos de 25 anos passou de cerca de 24,5% em 2011 para aproximadamente 29,9% em 2021, ao passo que o grupo com 65 ou mais anos aumentou, contribuindo para um alargamento progressivo do topo da pirâmide. Esta evolução indica que, a médio prazo, os atuais grupos adultos ativos irão substituir os mais idosos, acentuando o envelhecimento estrutural.

A conjugação de uma base cada vez mais estreita, com um centro ainda robusto e um topo em expansão, sugere a tendência para uma pirâmide etária invertida, típica de sociedades envelhecidas. Este padrão poderá ter implicações diretas nas dinâmicas familiares, sociais e económicas, exigindo respostas sociais ajustadas à nova realidade demográfica, nomeadamente ao nível da saúde, dos cuidados sociais e da sustentabilidade da população ativa.

No que diz respeito ao nível de instrução da população da Praia da Vitória, entre 2011 e 2021, a sua evolução revela uma tendência positiva, de acordo com os dados dos Censos. Esta melhoria pode estar associada à maior facilidade de acesso ao ensino secundário, profissional e superior, bem como à transformação da estrutura económica, cada vez mais orientada para o setor terciário, onde se exigem maiores níveis de qualificação.

Em 2011, 19,6% da população do concelho não possuía qualquer nível de escolaridade, valor que desceu para 13,7% em 2021, acompanhando a tendência regional de redução da população sem habilitações. Verifica-se também uma diminuição significativa da população com apenas o 1.º Ciclo do Ensino Básico, que passou de 30,6% para 26,3%, embora este grupo continue a representar a fatia mais expressiva da população com escolaridade básica isolada.

Paralelamente, observa-se um aumento da população com pelo menos o 3.º Ciclo do Ensino Básico, sendo que, em 2021, mais de metade da população do concelho já tinha completado este nível ou prosseguido estudos. O grupo com Ensino Secundário e Pós-Secundário passou de 11,3% para 18,8%, e a percentagem de residentes com Ensino Superior aumentou de 6,2% para 10,6%, embora este valor continue abaixo da média nacional.

Importa destacar que, em 2021, o concelho apresentava valores próximos ou ligeiramente superiores aos regionais em todos os níveis de ensino acima do básico, o que pode ser explicado pela concentração de atividade económica em setores que valorizam a qualificação profissional.

**Tabela 10** - Nível de escolaridade da população da Região Autónoma dos Açores e do concelho da Praia da Vitória (à data dos Censos)

	2011		2021	
	RAA	Praia da Vitória	RAA	Praia da Vitória
Nenhum	20,79%	19,58%	13,73%	13,74%
Ensino Básico - 1º Ciclo	26,82%	30,59%	22,41%	26,30%
Ensino Básico - 2º Ciclo	17,56%	16,41%	15,14%	14,11%
Ensino Básico - 3º Ciclo	15,78%	15,93%	17,40%	16,48%
Ensino Secundário e Pós-Secundário	10,86%	11,32%	18,78%	18,75%
Superior	8,20%	6,17%	12,54%	10,63%

Fonte: INE (2025)

Estes dados demonstram um progresso significativo na escolarização da população, ainda que persistam desafios, nomeadamente ao nível da formação ao longo da vida e da adequação das qualificações às exigências do mercado de trabalho local.

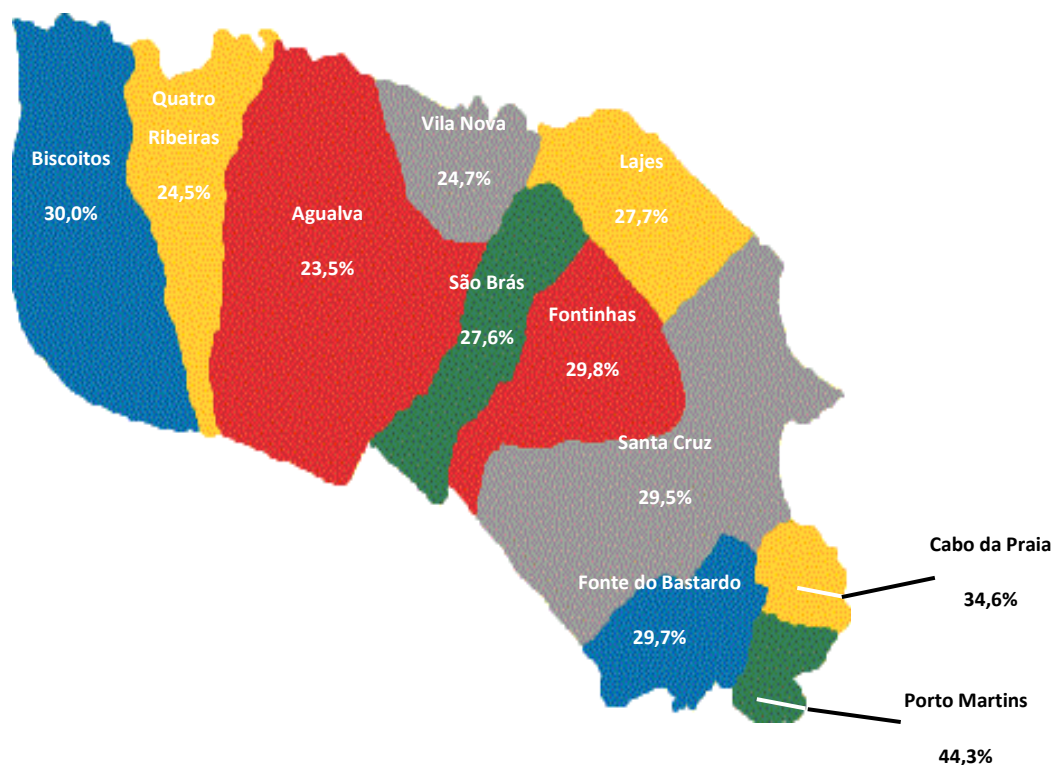
A análise por freguesia permite aprofundar o retrato da escolarização da população no concelho da Praia da Vitória, revelando disparidades territoriais significativas.

Em 2021, as freguesias com maior proporção de população com escolaridade igual ou superior ao Ensino Secundário situavam-se maioritariamente nas zonas mais urbanizadas, como Porto Martins (44,3%) e Cabo da Praia (34,6%).

Por outro lado, freguesias como Agualva (23,5%) e Quatro Ribeiras (24,5%) observam-se percentagens mais reduzidas de população com o Ensino Secundário ou Superior.

Esta distribuição desigual pode traduzir a necessidade de reforçar políticas de proximidade e valorização da qualificação em todo o território, promovendo igualdade no acesso à educação e formação ao longo da vida, especialmente nas freguesias com menor densidade e recursos educativos.

**Figura 3 -** Proporção da população residente com nível de escolaridade igual ou superior ao Ensino Secundário, no concelho da Praia da Vitória, por freguesia, à data dos Censos de 2021



Fonte: INE (2025)

Considerando as transformações demográficas e sociais verificadas, torna-se essencial observar a evolução da estrutura dos agregados familiares, dado o seu impacto direto na organização comunitária e nas necessidades sociais.

Entre 2011 e 2021, o número de famílias clássicas no concelho da Praia da Vitória cresceu ligeiramente, passando de 7.323 para 7.508 agregados (+2,5%). A tipologia familiar mais comum manteve-se a de dois indivíduos, que registou também um dos crescimentos mais expressivos (+12,7%), seguida das famílias unipessoais, cujo aumento foi ainda mais acentuado (+33,8%).

Em contrapartida, verificou-se um decréscimo nas famílias com quatro ou mais elementos, sendo mais significativo nas famílias de cinco ou mais pessoas, que diminuíram cerca de 40% no concelho, valor acima da média regional (-27,7%).

Esta evolução traduz uma tendência de redução da dimensão média dos agregados familiares, impulsionada por fatores como o envelhecimento da população, a baixa natalidade e a crescente individualização dos estilos de vida. Estes padrões desafiam os modelos tradicionais de coabitação e exigem respostas sociais diferenciadas, como apoio à habitação unifamiliar, serviços domiciliários personalizados e dinâmicas comunitárias mais adaptadas a famílias mais pequenas ou isoladas.

**Tabela 11** - Famílias clássicas na Região Autónoma dos Açores e no concelho da Praia da Vitória, à data dos Censos

	2011		2021	
	RAA	Praia da Vitória	RAA	Praia da Vitória
1 indivíduo	14 006	1 136	17 348	1 520
2 indivíduos	20 871	2 144	24 853	2 417
3 indivíduos	19 231	1 847	19 968	1 917
4 indivíduos	16 295	1 472	14 948	1 219
5 ou mais indivíduos	11 312	724	8 184	435
<b>Total</b>	<b>81 715</b>	<b>7 323</b>	<b>85 301</b>	<b>7 508</b>

Fonte: PORDATA (2024)

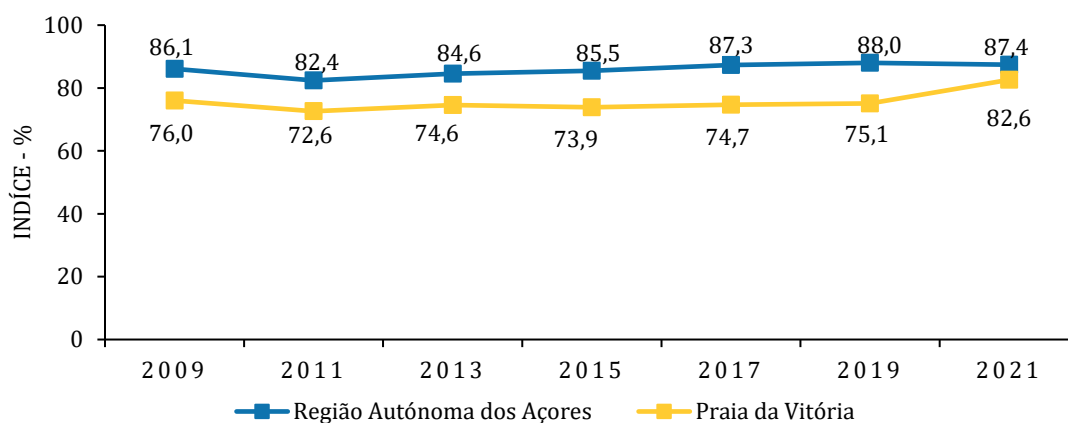
Para avaliar o bem-estar económico das famílias, o poder de compra *per capita* é um indicador relevante, pois reflete a capacidade de aquisição de bens e serviços por parte da população.

No concelho da Praia da Vitória, entre 2009 e 2021, o índice de poder de compra per capita manteve-se consistentemente abaixo da média regional, com exceção do ano de 2021, onde se verificou uma aproximação significativa à média dos Açores. Ainda assim, os valores concelhios permaneceram muito abaixo da média nacional, revelando um potencial económico mais limitado e menor margem de consumo das famílias.

Entre 2013 e 2019, é visível uma trajetória de crescimento gradual tanto a nível concelhio como regional, com valores mais próximos em 2019, sugerindo uma convergência positiva. Contudo, em 2021, embora o índice na Praia da Vitória tenha registado o valor mais elevado da série (82,6%), o ritmo de crescimento regional abrandou, o que poderá refletir impactos diferenciados da pandemia nas diversas realidades territoriais.

Esta evolução reforça a necessidade de políticas públicas orientadas para o reforço do rendimento disponível, a valorização do emprego qualificado e o apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade económica, especialmente em contextos de choque económico como o vivido em 2020–2021.

**Gráfico 13** - Poder de compra *per capita* na Região Autónoma dos Açores e no concelho da Praia da Vitória (Base 100 - Portugal)



Fonte: PORDATA (2024)

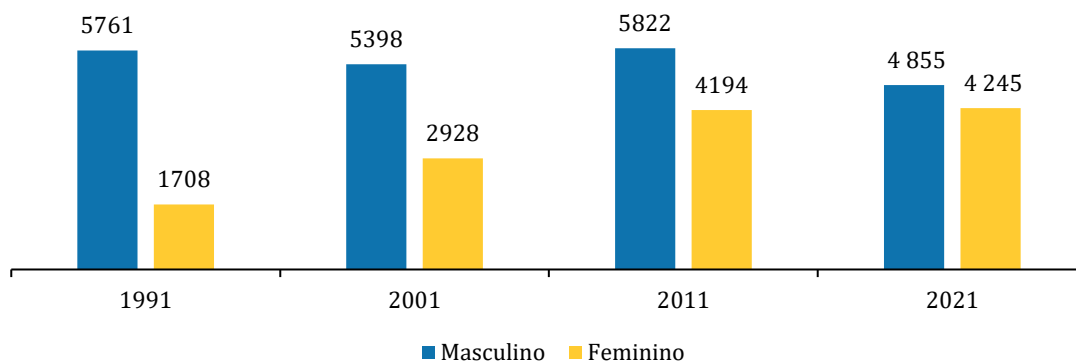
A evolução do mercado de trabalho no concelho da Praia da Vitória reflete as transformações nos setores de atividade económica e as suas implicações no nível de vida das famílias. Em articulação com a variação do poder de compra, é importante analisar o comportamento da população ativa, enquanto componente central da dinâmica económica local.

Segundo os Censos de 2021, a redução global da população ativa no concelho foi de cerca de 3% face a 2011, evidenciando um recuo na disponibilidade de mão de obra. No entanto, este decréscimo foi atenuado pelo aumento expressivo da participação feminina no mercado de trabalho. Entre 1991 e 2021, o número de mulheres ativas mais do que duplicou, revelando uma mudança estrutural significativa no perfil de género da força laboral.

Em sentido inverso, a população masculina ativa registou oscilações e uma queda acentuada entre 2011 e 2021, passando de 5.822 para 4.855 indivíduos. Esta evolução pode estar associada a mudanças setoriais, envelhecimento populacional e à emigração.

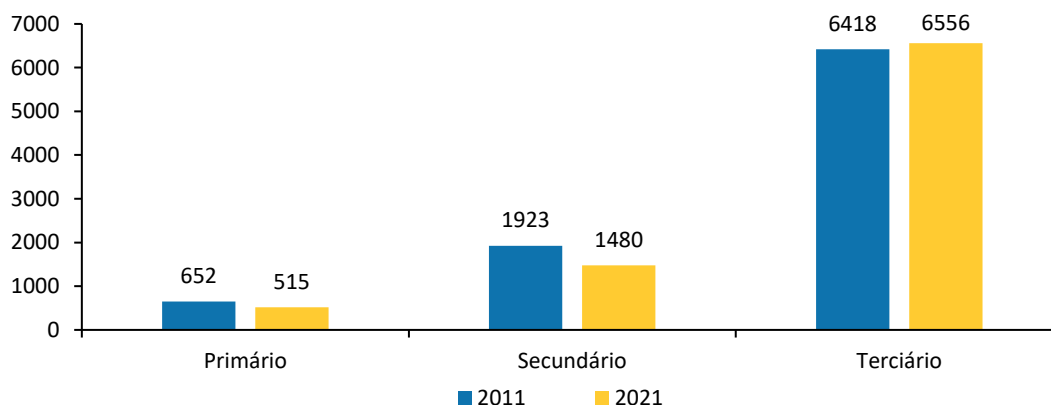
O reforço da presença feminina no mercado de trabalho não só contribuiu para reduzir desigualdades de género, como representa um potencial de renovação e dinamização da economia local, embora insuficiente, por si só, para contrariar a tendência de contração da força de trabalho.

Gráfico 14 - População ativa no concelho da Praia da Vitória (à data dos Censos)



Fonte: INE (2025)

Gráfico 15 - População empregada no concelho da Praia da Vitória por setor de atividade (à data dos Censos)



Fonte: INE (2025)

No que se refere à população empregada, observa-se no concelho da Praia da Vitória, entre 2011 e 2021, uma clara acentuação do processo de terciarização da economia, refletido no crescimento da proporção de população empregada no setor dos serviços e na redução dos efetivos nos setores primário e secundário.

O setor secundário foi o que mais perdeu trabalhadores no período analisado, com uma quebra acentuada de 25,8%, seguida do setor primário, que registou uma diminuição de 13,4%. Estes dados indicam uma reconfiguração do perfil económico local, com menor dependência laboral de atividades ligadas à agricultura, pesca e indústria, e maior concentração em áreas como comércio, administração pública, educação, saúde e turismo.

Apesar da ligeira redução da população ativa global, o setor terciário absorveu a maioria dos postos de trabalho, mantendo-se como o principal motor da economia local em 2021, tanto para homens como para mulheres.

No que concerne ao valor do ganho médio mensal (que inclui horas extra, subsídios e prémios) dos trabalhadores da Praia da Vitória, de acordo com dados do INE, em 2023, este valor cifrou-se em 1.239,7€, representando o oitavo valor mais elevado dos trabalhadores por conta de outrem da Região Autónoma dos Açores, atrás dos concelhos de Vila do Porto, Corvo, Santa Cruz das Flores, Ponta Delgada, Horta, Angra do Heroísmo e São Roque do Pico.

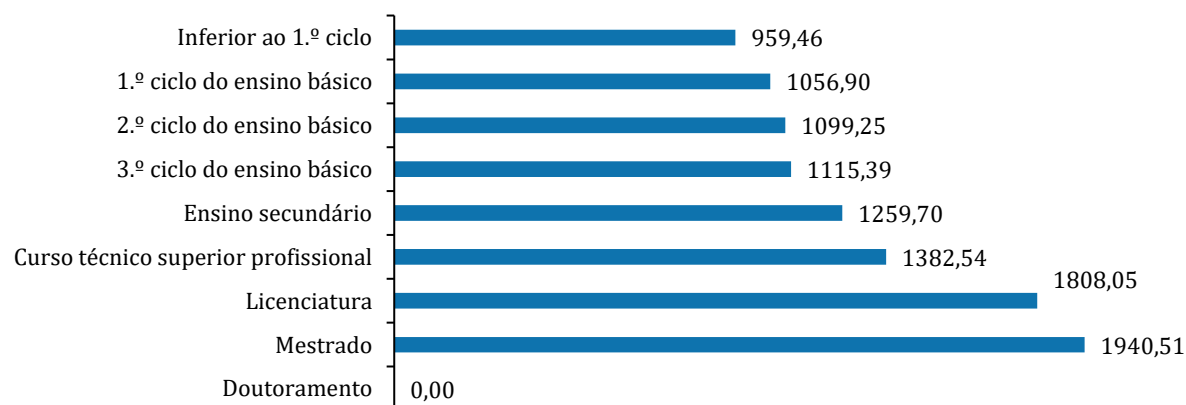
Relativamente às médias regional e nacional, o salário médio no concelho praiense manifestou-se no período em análise inferior aos dois indicadores (regional 1.315,1€, nacional 1.460,8€).

A análise do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de educação, no concelho da Praia da Vitória, sugere uma correlação direta entre o grau de escolaridade e a remuneração auferida, segundo dados do INE relativos ao ano de 2023.

Embora mais escolaridade não garanta automaticamente salários mais altos, observa-se uma tendência clara de valorização crescente do rendimento com o avanço dos níveis de ensino. A diferença mais significativa regista-se entre os trabalhadores com curso profissional e licenciatura, com um ganho médio mensal 30,8% superior no segundo caso.

Estes dados reforçam a importância de investir na qualificação da população ativa, não só como instrumento de inclusão e mobilidade social, mas também como estratégia de desenvolvimento económico local, numa economia cada vez mais orientada para o setor terciário e funções que exigem maior especialização.

**Gráfico 16** - Ganho médio mensal, no concelho da Praia da Vitória, por nível de educação, no ano de 2023



Fonte: INE (2025)

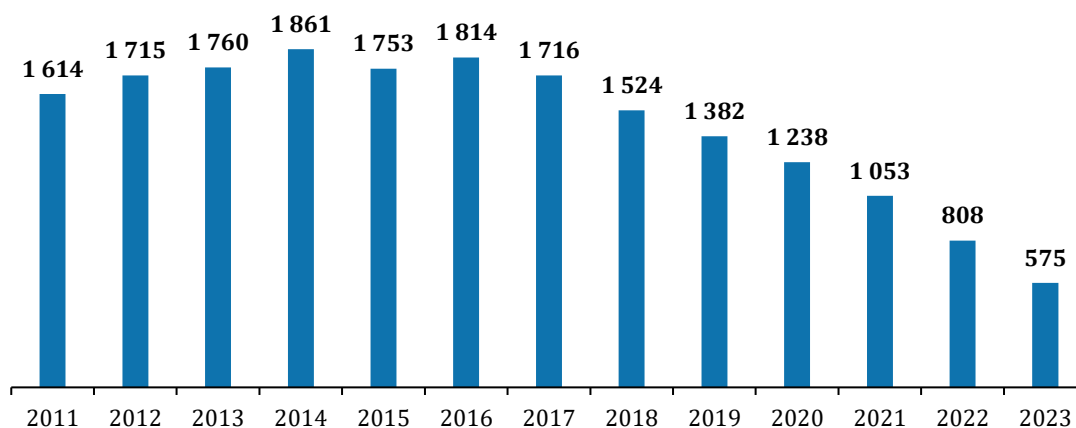
A garantia da dignidade humana, consagrada na Constituição da República Portuguesa, fundamenta a existência de instrumentos de proteção social, destinados a mitigar situações de risco económico e social, como o desemprego, a incapacidade para o trabalho ou a vulnerabilidade estrutural de determinados grupos.

Entre esses mecanismos, destaca-se o Rendimento Social de Inserção (RSI), uma prestação pecuniária atribuída a indivíduos e agregados familiares em situação de grave carência económica, acompanhada de um plano de inserção social.

No concelho da Praia da Vitória, o número de beneficiários do RSI atingiu o pico em 2014, com 1.861 pessoas, refletindo o impacto da crise económica e financeira. A partir de 2014, o número de beneficiários começou a diminuir progressivamente, com oscilações até 2016 e quedas constantes a partir desse ano, atingindo o valor mais baixo da série em 2023: 575 beneficiários.

Apesar dos efeitos da pandemia da Covid-19 e da crise geopolítica provocada pela guerra na Ucrânia, o número de beneficiários manteve uma trajetória descendente entre 2020 e 2023, o que pode refletir uma reclassificação de critérios, maior eficácia nas políticas de empregabilidade ou um afastamento dos mais vulneráveis do sistema.

Gráfico 17 - N.º de beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho da Praia da Vitória



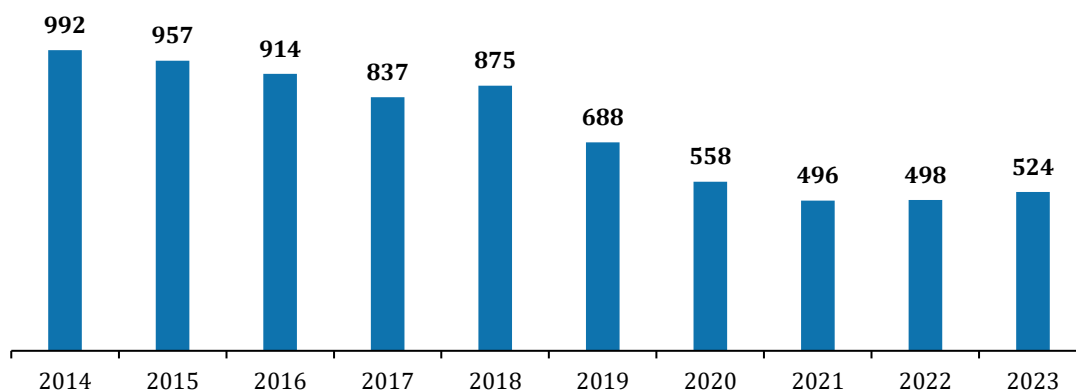
Fonte: INE (2025)

O número de beneficiários do subsídio de desemprego no concelho da Praia da Vitória tem vindo a diminuir de forma consistente ao longo da última década. Segundo dados do INE, o valor mais elevado da série ocorreu em 2014, com 992 beneficiários.

A partir desse ano, a tendência foi marcadamente descendente, embora com a presença de algumas oscilações.

Comparando o valor de 2023 com o de 2014, regista-se uma redução de cerca de 47% no número de beneficiários, o que pode indicar uma melhoria na situação laboral local, alinhada com a redução da taxa de desemprego observada na Região Autónoma dos Açores, segundo o INE.

**Gráfico 18** - N.º de beneficiários do Subsídio de Desemprego, no concelho da Praia da Vitória

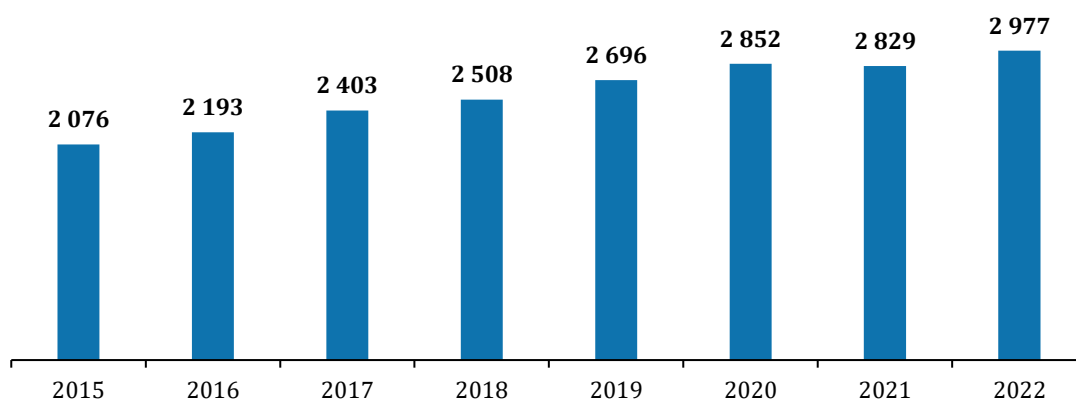


Fonte: INE (2025)

Importa, contudo, analisar este indicador em conjunto com o número de trabalhadores por conta de outrem, que cresceu desde 2015, apesar de um ligeiro recuo em 2021 potencialmente devido à crise pandémica. Em 2022, esse indicador atingiu o valor mais elevado desde 2015, traduzindo um crescimento de 43% face a esse ano.

Este conjunto de dados aponta para uma recuperação do emprego formal no concelho, ainda que não reflita necessariamente a qualidade, estabilidade ou remuneração dos postos de trabalho criados, aspetos igualmente fundamentais para uma leitura completa do bem-estar económico local.

**Gráfico 19** - N.º de trabalhadores por conta de outrem, no concelho da Praia da Vitória



Fonte: PORDATA (2025)

A violência doméstica continua a representar uma das formas mais graves de violação dos direitos fundamentais dos cidadãos, comprometendo a segurança, a integridade e o bem-estar das vítimas, sobretudo em contexto familiar. Este fenómeno, transversal a todas as classes sociais e faixas etárias, requer uma resposta articulada entre autoridades policiais, judiciais e estruturas de apoio social, para garantir proteção e mecanismos de prevenção eficazes.

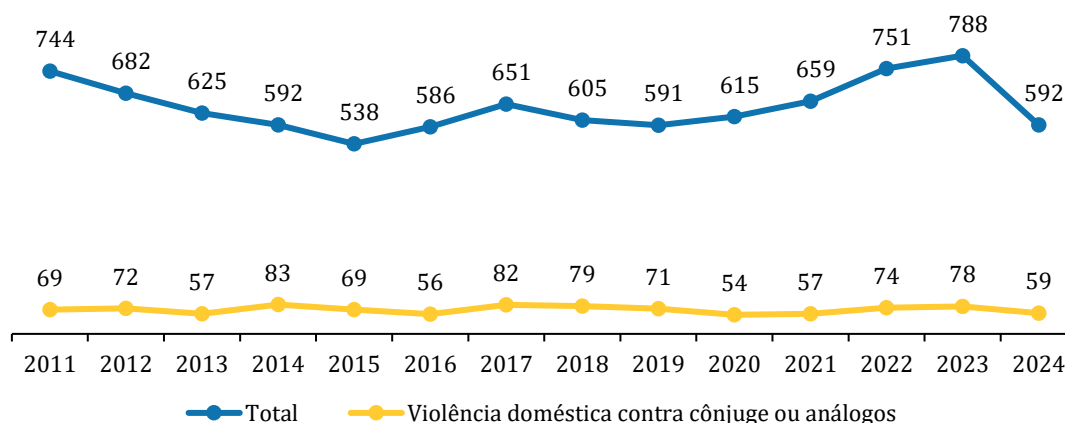
No concelho da Praia da Vitória, os dados oficiais entre 2011 e 2024 indicam uma evolução instável no número total de crimes, com um mínimo registado em 2015 (538 ocorrências) e um pico em 2023 (788 ocorrências). Ainda que se tenha verificado uma redução expressiva em 2024 (592 crimes), os valores mantêm-se acima dos níveis observados entre 2014 e 2019, revelando flutuações significativas na criminalidade geral.

No que respeita aos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, estes têm-se mantido relativamente estáveis, oscilando entre 54 e 83 casos anuais, o que representa cerca de 7% a 12% do total de crimes registados em cada ano. O valor mais elevado foi atingido em 2014 (83 casos) e o mais baixo em 2020 (54), ano marcado pelo confinamento pandémico, que poderá ter levado a subnotificação devido à limitação dos meios de denúncia e apoio presencial.

Em 2024, registaram-se 59 casos de violência doméstica, mantendo-se, ainda assim, num patamar que justifica atenção prioritária e atuação contínua por parte das entidades locais.

Estes dados confirmam a persistência da violência doméstica como problema estrutural, exigindo intervenções mais robustas na prevenção, denúncia e proteção das vítimas, bem como o reforço da sensibilização comunitária para quebrar ciclos de silêncio e normalização da violência.

**Gráfico 20** - N.º de crimes registados referentes a violência doméstica vs. Totalidade, no concelho da Praia da Vitória



Fonte: PORDATA (2025)

### **3. Rede de Equipamentos e Respostas Sociais do Concelho**

Nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março, o apoio social concretiza-se através de estabelecimentos e estruturas que prestam serviços às pessoas e famílias, independentemente de serem desenvolvidos em equipamentos físicos ou a partir de serviços móveis ou descentralizados. Estas estruturas devem prosseguir os objetivos definidos na Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social.

Neste capítulo é apresentada uma caracterização sumária das entidades e da rede de respostas e equipamentos sociais existentes no concelho da Praia da Vitória. A informação é complementada com a respetiva georreferenciação por grupo de resposta social, permitindo uma leitura territorial da cobertura e distribuição dos serviços sociais disponíveis.

#### **3.1. Entidades de Apoio Social presentes no Concelho**

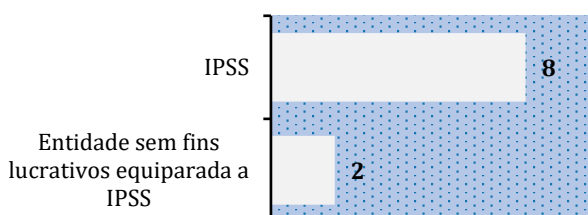
Com o propósito de obter uma caracterização atualizada das entidades que integram o setor social no concelho da Praia da Vitória, bem como de aferir a sua capacidade de resposta face às solicitações que lhes são dirigidas, foi promovido um inquérito dirigido às organizações locais com intervenção na área social.

Para além dos dados recolhidos diretamente através dos inquéritos, a caracterização baseou-se em duas fontes distintas. As entidades que colaboraram no preenchimento do inquérito disponibilizaram informação atualizada até 20 de junho de 2025, permitindo assim um retrato recente e fiável da rede de respostas em funcionamento. Relativamente às entidades que não participaram no processo de auscultação, foram utilizados os dados fornecidos pela Direção Regional da Solidariedade Social (DRSS), reportados a 31 de dezembro de 2024.

Com base nas fontes referidas, verificou-se que a rede de equipamentos e respostas sociais do concelho da Praia da Vitória é composta por 20 entidades. A listagem completa encontra-se disponível no ANEXO I, sendo que o inquérito foi dirigido a todas essas entidades. No entanto, apenas 10 responderam, o que representa uma taxa de participação de 50,0%. Apesar disso, estas entidades são responsáveis por cerca de 81,0% das vagas disponibilizadas pelas respostas sociais em funcionamento, o que confere à amostra representatividade suficiente para refletir a realidade da ação social no concelho, permitindo aferir as principais dificuldades, potencialidades e recursos existentes.

Entre as entidades que colaboraram na elaboração da *Carta Social da Praia da Vitória 2025-2029*, destaca-se a predominância das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que representam 80,0% das entidades auscultadas, complementadas por entidades sem fins lucrativos equiparadas a IPSS, que correspondem aos restantes 20,0%.

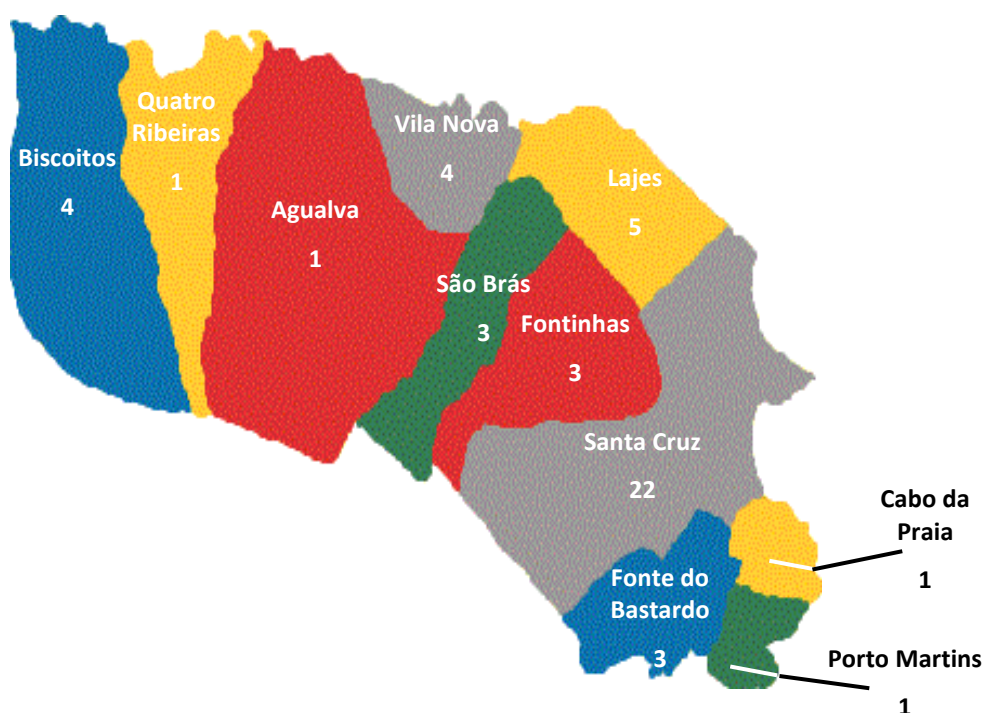
**Gráfico 21** - Forma Jurídica das entidades que integram a rede de equipamentos e respostas sociais da Praia da Vitória, que participaram no inquérito



De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março, entende-se por resposta social toda a estrutura física onde se desenvolvem atividades de apoio social, ou onde se encontram instalados os serviços que enquadram essas respostas.

Considerando a informação disponibilizada pela DRSS e os dados recolhidos através do inquérito, foram identificadas 48 respostas sociais em funcionamento no concelho da Praia da Vitória, dinamizadas por um total de 20 entidades com intervenção direta na área social.

**Figura 4** - N.º de serviços e equipamentos sociais, por freguesia, do concelho da Praia da Vitória

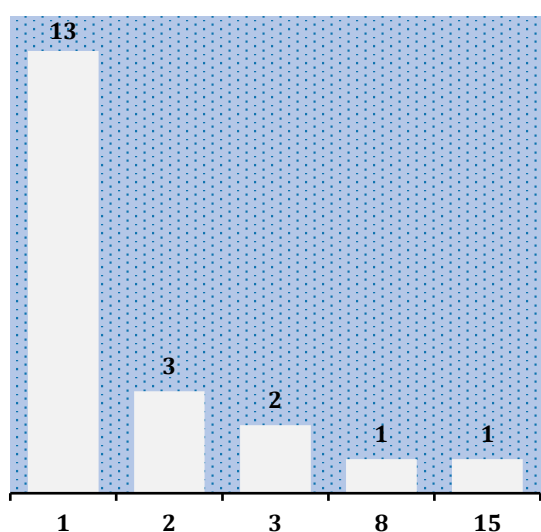


A distribuição dos equipamentos evidencia uma maior concentração de respostas sociais na freguesia de Santa Cruz, que sozinha acolhe 22 das 48 estruturas existentes, representando aproximadamente 45,8% do total. Seguem-se as freguesias de Vila das Lajes (5), Vila Nova e Biscoitos (4 cada), e ainda São Brás, Fontinhas e Fonte do Bastardo, com 3 respostas sociais cada.

As restantes freguesias — Quatro Ribeiras, Porto Martins, Cabo da Praia e Agualva — contam com uma resposta social cada, assegurando, ainda assim, uma presença territorial descentralizada.

A análise confirma, portanto, uma concentração significativa de equipamentos sociais nas áreas mais urbanas, com destaque para Santa Cruz, mas também revela uma cobertura relevante em diversas freguesias rurais, o que contribui para uma resposta social mais próxima das populações locais e respetivas necessidades.

**Gráfico 22** - N.º de serviços e equipamentos sociais, por entidade, no concelho da Praia da Vitória



A análise do número de valências por instituição revela uma forte concentração em estruturas com intervenção social limitada a um número reduzido de respostas. Das 20 entidades com equipamentos em funcionamento, 13 (65%) disponibilizam apenas uma resposta social, ao passo que 3 instituições (15%) operam duas respostas distintas.

No conjunto, 80% das instituições desenvolvem no máximo duas respostas sociais, o que evidencia um modelo de atuação assente na especialização ou na limitação da sua capacidade

de resposta. Apenas duas entidades (15%) apresentam maior diversidade funcional, verificando-se 2 entidades a operar 3 valências e uma 8 valências. Regista-se, ainda, um caso singular de uma instituição com 15 respostas sociais, destacando-se pela sua abrangência e complexidade de atuação.

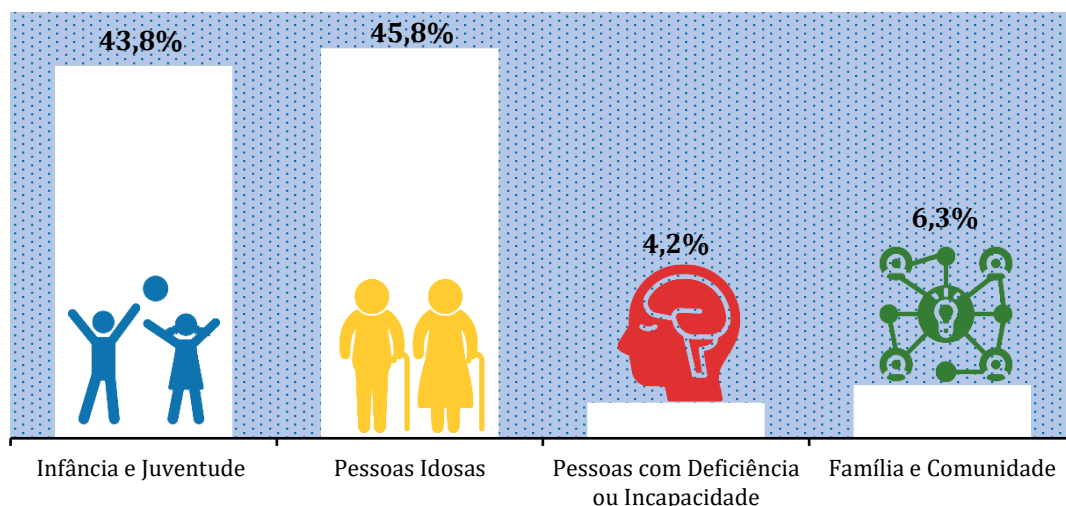
Este perfil estrutural indica uma rede de respostas sociais predominantemente constituída por entidades de pequena escala, cuja intervenção tende a ser localizada e especializada, embora coexistam algumas instituições com maior capacidade instalada e diversidade de serviços prestados.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, com redação atualizada pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março, consideram-se respostas sociais as atividades e serviços de apoio promovidos no âmbito da segurança social, dirigidos a pessoas e/ou famílias, com especial enfoque em crianças, jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência, bem como na prevenção e combate à exclusão e marginalização social.

Embora as respostas sociais sejam concebidas para abranger toda a população, a sua organização efetiva reflete a existência de equipamentos e serviços orientados para grupos-alvo específicos, distribuídos por quatro grandes domínios de intervenção: (1) Infância e Juventude; (2) Pessoas com Deficiência ou Incapacidade; (3) Pessoas Idosas; e (4) Família e Comunidade.

No concelho da Praia da Vitória, verifica-se que as respostas destinadas à Infância e Juventude (43,8%) e às Pessoas Idosas (45,8%) representam, em conjunto, 89,6% das respostas sociais em funcionamento, refletindo um padrão de distribuição semelhante ao verificado a nível regional. Com efeito, segundo a Vice-Presidência do Governo Regional (2023), em 2022 estas duas categorias concentravam 77,8% das respostas sociais na Região Autónoma dos Açores, com a Infância e Juventude a representar 45,0% e o apoio a Pessoas Idosas 32,8%.

**Gráfico 23** - Distribuição percentual das respostas sociais, por área de intervenção social, no concelho da Praia da Vitória



No âmbito do inquérito aplicado, foram recolhidas, para além de informações de natureza institucional, perspetivas fundamentais sobre o funcionamento e os desafios das entidades locais. A segunda secção do inquérito teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre aspetos operacionais e estratégicos, incidindo sobre os seguintes pontos:

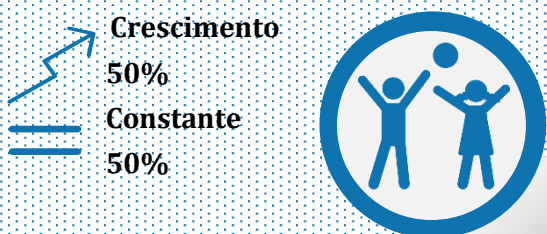
- A evolução da procura pelos serviços prestados ao longo dos últimos cinco anos;
- A capacidade das instituições em dar resposta às solicitações dos utentes;
- As principais problemáticas identificadas como potencialmente limitadoras da sustentabilidade das entidades; e
- Os desafios futuros antecipados para os públicos-alvo abrangidos, considerando os grupos populacionais acompanhados.

Seguidamente, apresenta-se uma infografia com os principais resultados apurados para cada uma destas dimensões, com base nas respostas fornecidas pelas entidades participantes.

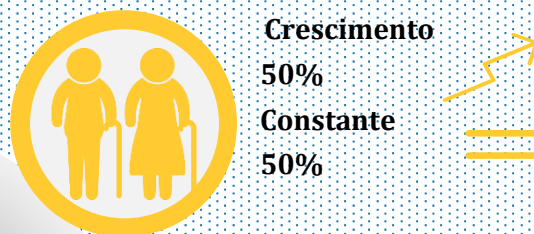
## PROCURA POR SERVIÇOS SOCIAIS NA PRAIA DA VITÓRIA – ÚLTIMOS 5 ANOS (POR GRUPO)

ESCALA: EM DECRÉSCIMO; CONSTANTE; EM CRESCIMENTO

### Infância e Juventude



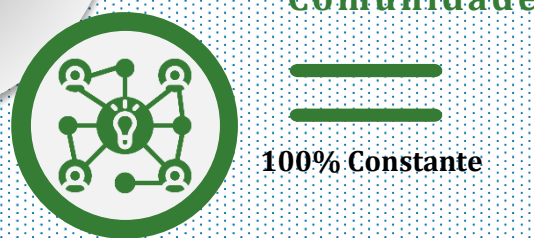
### Pessoas Idosas



### Pessoas com Deficiência ou Incapacidade



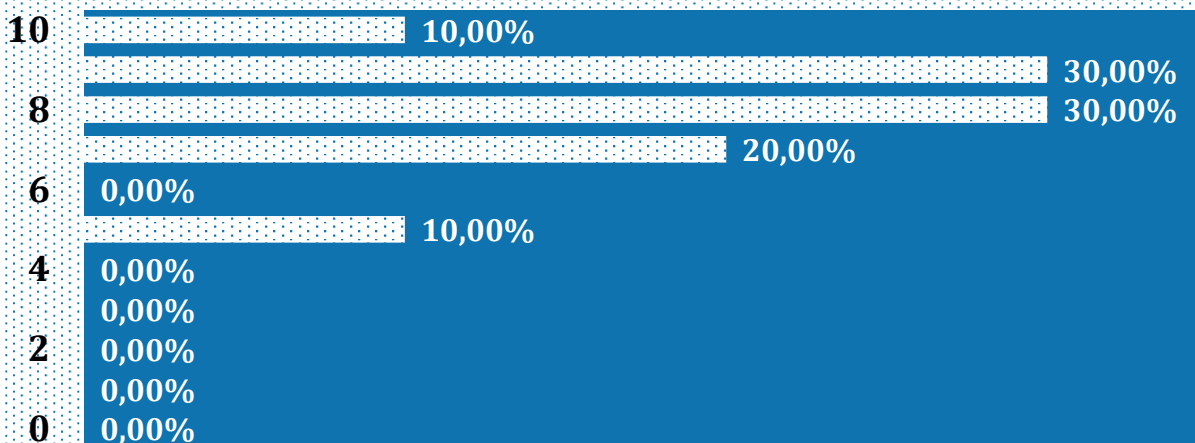
### Família e Comunidade



## CAPACIDADE DE RESPONDER AOS PEDIDOS DE APOIO

ESCALA: 0 – NÃO TEM NENHUMA CAPACIDADE A 10 – TEM TOTAL CAPACIDADE

70,0% atribuiu valor acima de 7



PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS QUE PODEM VIR A CONDICIONAR A SUSTENTABILIDADE DAS ENTIDADES



Desafios financeiros estruturais

60% e 40% das entidades refere os custos da operação das respostas e a falta de participações, respetivamente, independentemente do tipo de resposta.



Incapacidade de investimento em novas soluções/respostas

30% das entidades salientam esta problemática, maioritariamente entidades que operam com crianças e jovens.



Atraso nas transferências de entidades públicas

20% das entidades indica esta como uma das três principais dificuldades. Somente referida por entidades que operam respostas destinadas a pessoas idosas.



Deterioração das condições a nível de instalações e/ou equipamentos

Apenas instituições dedicadas às **crianças e jovens** salientam mais esta problemática (20%)



Dificuldade na digitalização de processos e Burocracia

**Nenhuma** das entidades mencionou estas dificuldades.

## PRINCIPAIS DESAFIOS FUTUROS A ENFRENTAR PELOS PÚBLICO ABRANGIDOS PELAS RESPOSTAS SOCIAIS

### Infância e Juventude



60%

Dificuldades no acesso a creches e ATL's

Problemas de saúde mental (ansiedade, transtornos emocionais/comportamentais)

Adição às tecnologias referida por 40% das entidades abrangidas

### Pessoas idosas



100%

**Maior preocupação** - Incidência de doenças crónicas e patologias de demência

Falta de apoios sociais adequados - 60% - segunda mais referida

### Pessoas com Deficiência ou Incapacidade



**Destaque** - Problemas de saúde mental (depressão, ansiedade, dependências, ...) - 50%

**Menções** - Falta de apoios sociais e exclusão social; consumos de substâncias psicoativas; maior procura por serviços de apoio; e situação de sem abrigo (25%)

### Família e comunidade



60%

Carência habitacional

Fragilidade económica das famílias (ex.: perda de poder de compra, baixos rendimentos)

Desadequação de apoios (insuficiência, dependência, etc.) - 40%

## 3.2. Equipamentos e Respostas Sociais do Concelho

De acordo com a nomenclatura e os conceitos definidos pela Direção-Geral da Segurança Social (2022), as respostas sociais tipificadas existentes no concelho da Praia da Vitória estão organizadas em três grandes áreas de intervenção: Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade. As respetivas características, orientações técnicas e disposições específicas são apresentadas em conformidade com os referenciais normativos aplicáveis.

Importa, contudo, sublinhar que as respostas aqui identificadas procuram contribuir para solver as necessidades sociais sentidas no território concelhio, sem prejuízo da possibilidade de a população recorrer a outras soluções especializadas sediadas fora do concelho, nomeadamente noutros pontos da ilha Terceira ou em estruturas de âmbito regional e nacional.

### 3.2.1. Infância e Juventude

As respostas sociais dirigidas à infância e juventude compreendem uma rede de serviços orientada para o acompanhamento e apoio a crianças e jovens, tendo por base a diferenciação das suas necessidades. Esta área abrange, de forma integrada, situações relativas a crianças e jovens em geral, com deficiência e os que estão em contextos de perigo ou vulnerabilidade.

Segundo informação da DRSS, complementada/atualizada pelos dados dos inquéritos disponibilizados, encontram-se em funcionamento no concelho da Praia da Vitória diversas respostas sociais tipificadas que visam dar resposta eficaz a estas realidades.

#### Crianças e Jovens

- **Creche** – Resposta social desenvolvida em equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais;
- **Estabelecimento de Educação Pré-Escolar** – Resposta desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família;
- **Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)** – Resposta Social, desenvolvida em equipamento ou serviço, de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à criança e à família, que proporciona atividades de acompanhamento, lazer e atividades específicas, destinadas a crianças a partir dos 6 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

### Crianças e Jovens em Situação de Perigo

- **Casa de Acolhimento** - Resposta social, no âmbito da execução da medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento de apoio social, que visa o afastamento ou a retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações problemáticas e as características específicas das crianças e dos jovens a acolher;
- **Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil** - Espaço e resposta específica a problemáticas socio-emocionais, em que se promove uma verdadeira integração social desses mesmos jovens, através do desenvolvimento das competências pessoais, sociais, educativas e de empregabilidade, assim como estratégias para a prevenção das dependências, a promoção da saúde e orientação vocacional.

A Tabela 12 apresenta as principais informações das tipologias das respostas de apoio social referenciadas.

**Tabela 12** - Principais informações das respostas sociais, referentes à infância e juventude, do concelho da Praia da Vitória

Resposta Social	Capacidade		
	Total instalada	Com protocolo	Sem protocolo
<b>Crianças e Jovens</b>			
Creche	320	299	21
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	101	90	11
Centro de Atividades de Tempos Livres	463	300	163
Todo o ano a tempo inteiro	243	125	118
Todo o ano a meio tempo	131	125	6
Ludoteca	89	50	39
<b>Crianças e Jovens em Situação de Perigo</b>			
Casa de Acolhimento	31	31	0
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil	120	120	0

### 3.2.2. População Adulta

As respostas sociais dirigidas à população adulta estruturam-se em função das necessidades específicas que caracterizam este grupo, abrangendo pessoas idosas, pessoas com deficiência, indivíduos em situação de dependência, pessoas com doença mental e cidadãos em situação de sem-abrigo. Cada uma destas realidades exige intervenções diferenciadas, orientadas para a promoção da autonomia, a proteção social e a inclusão ativa.

Com base na informação disponibilizada pela DRSS, complementada/atualizada pelos dados dos inquéritos disponibilizados, constata-se que, no concelho da Praia da Vitória, estão implementadas respostas sociais ajustadas a estas necessidades, assegurando a cobertura de serviços essenciais de apoio e acompanhamento a esta população, de acordo com o a seguir referido:

### **Pessoas Idosas**

- **Serviço de Apoio Domiciliário** – Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária;
- **Centro de Convívio** – Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade;
- **Centro de Dia** – Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar;
- **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas** – Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem.

### **Pessoas com Deficiência**

- **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)** – Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade;

- **Lar Residencial** – Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar.

A Tabela 13 apresenta as principais informações das tipologias das respostas de apoio social referenciadas.

**Tabela 13** - Principais informações das respostas sociais, referentes à população adulta, do concelho da Praia da Vitória

Resposta Social	Capacidade		
	Total instalada	Com protocolo	Sem protocolo
<b>Pessoas Idosas</b>			
Serviço de Apoio Domiciliário	536	311	225
Centro de Convívio	570	466	104
Centro de Dia	25	20	5
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Quartos	76	76	0
<b>Pessoas com Deficiência</b>			
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	35	35	0
Lar Residencial	12	10	2

### 3.2.3. Família e Comunidade

No que diz respeito à vertente da família e comunidade, esta integra um conjunto de respostas sociais que abrangem diferentes domínios de intervenção, nomeadamente o apoio à família e comunidade em geral, a assistência a pessoas com VIH/SIDA e respetivos agregados, o acompanhamento de pessoas com comportamentos aditivos e, ainda, o apoio a vítimas de violência doméstica.

De acordo com a informação disponibilizada pela DRSS, complementada/atualizada pelos dados dos inquéritos disponibilizados, encontram-se implementadas no concelho da Praia da Vitória várias respostas sociais que visam dar resposta a estas problemáticas, atendendo às reais necessidades do concelho, promovendo a inclusão, o bem-estar e a coesão social no seio da comunidade:

#### Família e Comunidade em Geral

- **Centro Comunitário** – Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido;

- **Centro de Alojamento Temporário** – Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

A Tabela 14 apresenta as principais informações das tipologias das respostas de apoio social referenciadas.

**Tabela 14** - Principais informações das respostas sociais, referentes à família e comunidade, do concelho da Praia da Vitória

Resposta Social	Capacidade		
	Total instalada	Com protocolo	Sem protocolo
<b>Família e Comunidade em Geral</b>			
Centro Comunitário	15	15	0
Centro de Alojamento Temporário	28	28	0

### 3.3. Mapeamento das Respostas Tipificadas por Instituição

No seguimento da informação agregada, apresentada por tipologia de respostas sociais, apresentam-se, abaixo, as principais informações de cada valência explorada pelas instituições da rede de serviços e equipamentos sociais existente no concelho da Praia da Vitória. Sumariados nas tabelas subsequentes, encontram-se os seguintes dados por cada instituição e respetivas valências:

- Morada;
- Contactos – telefone e email;
- Capacidade total instalada, distribuída entre as vagas protocoladas e não protocoladas com a Segurança Social, no âmbito dos Acordos de Cooperação celebrados com o Instituto de Segurança Social dos Açores;
- Utentes atualmente a frequentar a instituição.

Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Casa de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens	Rua Padre Lino Vieira Fagundes, 39; 9760-294 Vila das Lajes	295 579 019	aacit_lajes@sapo.pt	11	11	9

Associação de Desenvolvimento - Olhar Poente						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Creche	Rua EB1/JI da Fonte do Bastardo, Rua da Igreja; 9760-176 Fonte do bastardo	295 098 142	olharpoente.azores@gmail.com	38	32	34
Creche	Caminho Abrigada; 9760-026 Vila Nova	295 902 209	olharpoente.azores@gmail.com	49	39	39
Creche	EB1/JI dos Biscoitos - Ponta Negra; Biscoitos	295 902 209	olharpoente.azores@gmail.com	40	38	38
Creche	Areiro Fontinhas; 9760-212 Fontinhas	295 902 209	olharpoente.azores@gmail.com	42	39	41
Centro de Atividades de Tempos Livres - Todo o ano a tempo inteiro	Rua Ribeira do Marquês - Edifício da Escola EB1/JI - irmãos Goulart; 9760-211 Fontinhas	295 098 142	olharinfantil.olharpoente@gmail.com	70	40	68
Centro de Atividades de Tempos Livres - Todo o ano a tempo inteiro	Rua EB1/JI de Francisco Soares Oliveira; 9760-176 Fonte do Bastardo	295 703 447	olharpoente.azores@gmail.com	40	17	40
Centro de Atividades de Tempos Livres - Todo o ano a tempo inteiro	EB1/JI dos Biscoitos - Ponta Negra; Biscoitos	295 902 209	olharpoente.azores@gmail.com	60	26	39
Centro de Atividades de Tempos Livres - Todo o ano a tempo inteiro	Caminho Abrigada; 9760-701 Vila Nova	295 902 209	olharpoente.azores@gmail.com	40	17	36

Associação do Centro de Convívio de Nossa Senhora de Guadalupe da Agualva						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Rua do Caminho novo, 72; 9760-015 Agualva	966 142 141	jfagualva@sapo.pt	25	25	0

CAD - Centro de Apoio à Deficiência - Associação de Direito Privado						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	Estrada da Circunvalação - lote 2; 9760-400 Santa Cruz	295 545 260	cad.direcao@gmail.com	35	35	35
Lar Residencial	Estrada da Circunvalação - lote 2; 9760-400 Santa Cruz	295 545 260	cad.direcao@gmail.com	12	10	10

Casa do Povo das Quatro Ribeiras						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Rua do Cruzeiro; 9760-353 Quatro Ribeiras	295 908 280	rnobrecastro@sapo.pt	35	35	8

Casa do Povo de Cabo da Praia						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Rua de Santa Catarina s/n; 9760-128 Cabo da Praia	295 512 492	casadopovo.cabodapraia@iol.pt	35	35	20

Casa do Povo de Porto Martins						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Largo do Comendador Pamplona, 50; 9760-129 Porto Martins	295 515 554	casadopovopm@gmail.com	45	20	34

Casa do Povo dos Biscoitos						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Serviço de Apoio Domiciliário	Caminho do Concelho, 56; 9760-051 Biscoitos	295 908 775	casapovobiscoitos@hotmail.com	230	40	49
Centro de Convívio	Caminho do Concelho, 56; 9760-051 Biscoitos	295 908 775	casapovobiscoitos@hotmail.com	40	26	16

Centro Comunitário das Lajes						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Cruzeiro Pequeno; 9760-313 Vila das Lajes	295 517 137	centro.com.de.lajes@sapo.pt	70	45	31

Centro Comunitário de São Brás						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Rua da Igreja de São Brás 2; 9760-658 São Brás	964 489 497	centrocomunitarios.bras@gmail.com	30	30	30
Centro de Dia	Rua Padre Alfredo Lucas 18; 9760-664 São Brás	Não disponível	centrocomunitarios.bras@gmail.com	10	10	10
Estrutura Residencial Para Idosos, quartos	Rua Padre Alfredo Lucas 18; 9760-664 São Brás	295 517 017	centrocomunitarios.bras@gmail.com	14	14	14

Centro Comunitário de São João da Casa da Ribeira						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Caminho do Barreiro 1; 9760-422 Santa Cruz	966 254 798	ccsjcasaribeira@gmail.com	40	20	25

Centro Comunitário do Espírito Santo da Vila Nova						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Serviço de Apoio Domiciliário	Caminho d'Abriçada; 9760-701 Vila Nova	295 902 371	jotajota47@gmail.com	100	65	100
Centro de Convívio	Caminho d'Abriçada; 9760-701 Vila Nova	295 902 133	centrocomunitario_esvn@hotmail.com	50	50	31

Centro Comunitário Social Bairro Joaquim Alves						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Rua dos Açores; 9760-526 Santa Cruz	295 542 788	centrocsocialja@hotmail.com	20	20	12

Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Rua do Pico, 2-A; 9760-172 Fonte do Bastardo	295 515 152	linatostemartins@hotmail.com	35	35	23

Centro Social do Juncal						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Caminho do Juncal, 49 A; 9760-402 Santa Cruz	295 542 744	centrosocialjuncal@hotmail.com	50	50	40

Centro Social e Paroquial das Fontinhas						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Ribeira do Marques, 179; 9760-213 Fontinhas	295 517 502	rocha_moises@hotmail.com	60	50	40

Educação Primeiro - Associação de Apoio à Infância						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Creche	Rua São Salvador, 33; 9760-541 Santa Cruz	965 779 834	paisanalopes@hotmail.com	37	37	37

Lar D. Pedro V						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Serviço de Apoio Domiciliário	Largo do Conde da Praia; 9760-438 Santa Cruz	295 540 980	lardpedroV@sapo.pt	206	206	161
Centro de Dia	Largo do Conde da Praia; 9760-438 Santa Cruz	295 540 980	lardpedroV@sapo.pt	15	10	15
Estrutura Residencial Para Idosos, quartos	Largo do Conde da Praia; 9760-438 Santa Cruz	295 540 980	lardpedroV@sapo.pt	62	62	62

NSSL - Instituição de Solidariedade Social						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Centro de Convívio	Largo de São José, 445; 9760-430 Santa Cruz	918 525 316	manuela.vitoria@hotmail.com	35	25	0

Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória						
Valência	Morada	Contactos		Capacidade		Frequência
		Telefone	Email	Total	Protocolado	
Creche	Largo de Santa Rita s/n; 9760-528 Santa Cruz	295 542 446	info@misericordia-praia.org	32	32	26
Creche	Rua Dr. Adriano Paim s/n, Edifício intergeracional; 9760-314 Vila das Lajes	295 512 127	Info@misericordia-praia.org	32	32	30
Creche	Caminho de São Lázaro s/n; 9760-537 Santa Cruz	295 542 212	Info@misericordia-praia.org	50	50	45
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Caminho de São Lázaro s/n; 9760-537 Santa Cruz	295 542 212	info@misericordia-praia.org	65	60	57
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Largo de Santa Rita s/n; 9760-528 Santa Cruz	295 542 446	info@misericordia-praia.org	36	30	35
Centro de Atividades de Tempos Livres - Todo o ano a tempo inteiro	Largo de Santa Rita s/n; 9760-528 Santa Cruz	295 543 468	info@misericordia-praia.org	33	25	25
Centro de Atividades de Tempos Livres - Ludoteca	Rua Doutor Francisco A. Rodrigues da Silva; 9760-468 Santa Cruz	295 543 050	info@misericordia-praia.org	131	125	Não disponível
Centro de Atividades de Tempos Livres - Todo o ano a meio tempo	Caminho de São Lázaro s/n; 9760-537 Santa Cruz	295 542 252	info@misericordia-praia.org	59	50	57
Centro de Atividades de Tempos Livres	Rua Dr. Adriano Paim s/n, Edifício intergeracional; 9760-314 Vila das Lajes	295 512 127	Info@misericordia-praia.org	30	0	28
Casa de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens (masculino e feminino)	Beco dos Peregrinos s/n; e Rua da Estrela, 39; 9760 Santa Cruz	295 543 108	tueri@misericordia-praia.org	20	20	16
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - RAA	Rua de Nossa Senhora da Saúde, 2; 9760 Santa Cruz	295 512 127	info@misericordia-praia.org	120	120	104
Centro Comunitário para jovens em risco	Rua dos Açores - Bairro Nossa Senhora de Fátima (escola); 9760-326 Vila das Lajes	914 605 864	info@misericordia-praia.org	15	15	10
Centro de Alojamento Temporário	Travessa de São Francisco, 2; 9760-532 Santa Cruz	912 552 277	domusspei@misericordia-praia.org	18	18	16
Centro de Alojamento Temporário	Rua da Misericórdia, 35; 9760-500 Santa Cruz	295 512 112	info@misericordia-praia.org	10	10	10

### 3.4. Mapeamento das Respostas Atípicas por Instituição

Para além das respostas sociais tipificadas existentes no concelho da Praia da Vitória, protocoladas com a Segurança Social, importa identificar outras respostas e iniciativas de carácter social não tipificadas, promovidas por diversas instituições e que contribuem, de forma complementar, para o apoio à população local.

As informações aqui apresentadas resultam da colaboração das entidades que responderam ao inquérito distribuído no âmbito deste trabalho, bem como de informações adicionais prestadas pela autarquia. Assim, importa referir que o mapeamento pode não refletir a totalidade das respostas existentes, uma vez que estão ausentes os contributos de entidades que, por qualquer motivo, não participaram no processo de recolha de informação.

Associação de Desenvolvimento - Olhar Poente					
Valência	Morada	Contactos		Capacidade	Frequência
		Telefone	Email		
Academia – Olhar Poente	Rua Padre Damião, 45; 9760-519 Praia da Vitória	295 902 209	olharpoente.azores@gmail.com	56	50

Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória					
Valência	Morada	Contactos		Capacidade	Frequência
		Telefone	Email		
Centro de Economia Solidária	Rua de Jesus, 26; 9760-478 Santa Cruz	295 512 691	info@misericordia-praia.org	80	Não disponível

Câmara Municipal da Praia da Vitória – Gabinete de Educação e Juventude					
Valência	Morada	Contactos		Capacidade	Frequência
		Telefone	Email		
Academia da Juventude e Artes da Ilha Terceira	Praça Francisco Ornelas da Câmara; 9760-851 Santa Cruz	295 540 200	reabilitacao.comunidade@gmail.com	Não disponível	Não disponível

Câmara Municipal da Praia da Vitória – Gabinete de Ação Social					
Valência	Morada	Contactos		Capacidade	Frequência
		Telefone	Email		
Gabinete de Ação Social	Praça Francisco Ornelas da Câmara; 9760-851 Santa Cruz	295 540 200	geral@cmpv.pt	Não disponível	Não disponível

Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória					
Valência	Morada	Contactos		Capacidade	Frequência
		Telefone	Email		
Transporte de pessoas com deficiência	Largo do Conde, 26; 9760-438 Santa Cruz	295 540 222	direccao@bombeirospraia.com	Não disponível	Não disponível

### 3.5. Equipamentos e Respostas Sociais Projetadas e em Implementação

No âmbito do inquérito realizado às entidades com respostas sociais ativas na Praia da Vitória, foi também questionada a existência em fase de instalação ou respostas sociais projetadas para serem desenvolvidas no horizonte temporal dos próximos quatro anos. Apresentam-se de seguida as entidades que manifestaram intenção de alargar a sua intervenção social, com indicação das valências que pretendem criar.

<b>Centro Comunitário do Espírito Santo da Vila Nova</b>			
<b>Valência a criar</b>	<b>A protocolar com a Segurança Social</b>	<b>Capacidade</b>	
		Total	A protocolar
Centro de Dia	Sim	25	15

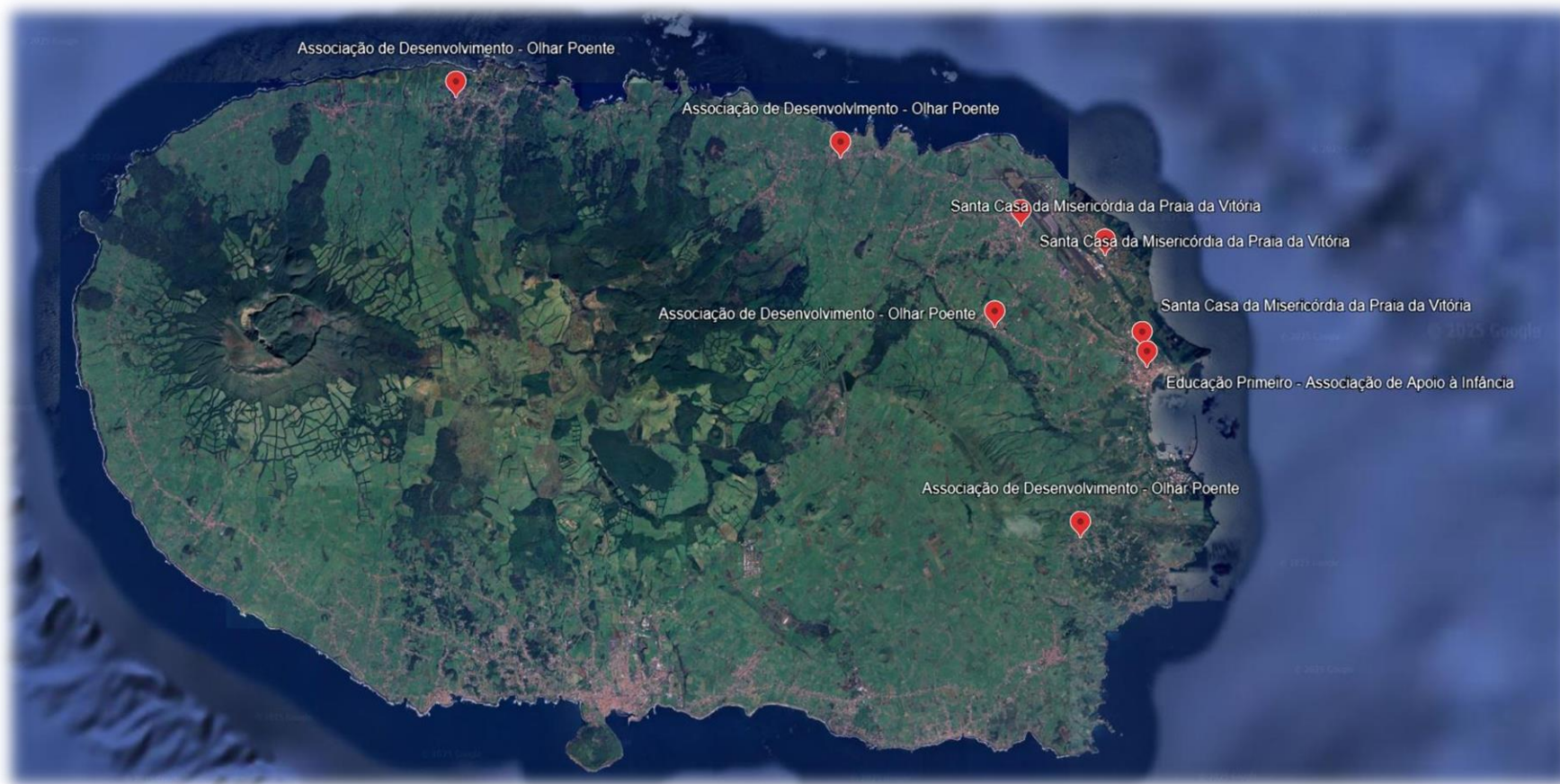
  

<b>Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória</b>			
<b>Valência a criar</b>	<b>A protocolar com a Segurança Social</b>	<b>Utentes</b>	
		Total	A protocolar
Creche (Alargamento da unidade em São Lázaro)	Sim	40	30
Centro de Atividades de Tempos Livres (Alargamento da unidade em São Lázaro)	Sim	40	40

### 3.6. Georreferenciação da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais Existentes

No presente subcapítulo apresenta-se a georreferenciação de todas as respostas sociais existentes no concelho da Praia da Vitória, considerando a sua divisão por área de intervenção social, designadamente, Infância e Juventude; População Adulta e Família e Comunidade.

#### Infância e juventude - Crianças e Jovens – Creche



**Infância e juventude - Crianças e Jovens – Estabelecimento de Educação Pré-Escolar**



Infância e juventude - Crianças e Jovens - Centro de Atividades de Tempos Livres



**Infância e juventude - Crianças e Jovens em Situação de Perigo - Casa de Acolhimento**





**Infância e juventude** - Crianças e Jovens em Situação de Perigo - Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil



População adulta - Pessoas Idosas - Serviço de Apoio Domiciliário



População adulta - Pessoas Idosas - Centro de Convívio



População adulta - Pessoas Idosas - Centro de Dia



População adulta - Pessoas Idosas - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



**População adulta - Pessoas com Deficiência - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão**



População adulta - Pessoas com Deficiência - Lar Residencial



**Família e Comunidade** - Família e Comunidade em Geral - Centro Comunitário



Família e Comunidade - Família e Comunidade em Geral - Centro de Alojamento Temporário



## 4. Análise das Respostas Sociais do Concelho

Neste capítulo procede-se à análise das respostas sociais existentes no concelho da Praia da Vitória, com base na caracterização anteriormente efetuada às entidades e respetivos serviços e equipamentos sociais. A análise é efetuada numa dupla perspetiva: qualitativa e quantitativa, considerando os principais grupos populacionais-alvo (infância e juventude, população adulta e família e comunidade), bem como a respetiva taxa de cobertura concelhia das principais respostas sociais.

Complementarmente, é apresentada uma projeção das necessidades futuras, tendo por base os dados demográficos, os contributos das entidades inquiridas e as tendências identificadas no diagnóstico concelhio.

### 4.1. Análise Qualitativa por Áreas das Respostas Sociais

Fundamentado nos dados obtidos junto de várias entidades e complementado com a informação da DRSS, foi possível delinear o retrato atual da rede de respostas sociais, dos seus grandes grupos-alvo e dos principais desafios que se avizinham.

Em 2025, o concelho da Praia da Vitória dispõe de 20 entidades responsáveis por 48 respostas sociais tipificadas, exatamente o mesmo total registado em 2022 (Vice-Presidência do Governo Regional, 2023). A continuidade numérica, porém, oculta uma alteração importante: cresceram as respostas dirigidas à infância e juventude, enquanto diminuíram as que se dedicam à população adulta e às famílias.

Este ajuste institucional não acompanha, na íntegra, a evolução demográfica local. O concelho da Praia da Vitória apresenta um claro envelhecimento — mais de 24% da população tem 65 anos ou mais e o índice de envelhecimento já supera a média regional — ao passo que o número absoluto e relativo de crianças e jovens encolhe, sobretudo nas freguesias periféricas. Mesmo assim, a procura de serviços para a infância mantém-se alta, em parte, potencialmente porque a maior participação das mulheres no mercado de trabalho obriga muitas famílias a recorrer a creches e atividades de tempos livres. No polo oposto, as respostas voltadas para os idosos não apresentam, nem se recolheram informações sobre intenções de aumentos próximos. Estas situações sublinham a urgência de reforçar valências intergeracionais, programas de envelhecimento ativo e uma redistribuição geográfica mais equilibrada.

Comparando-se com a média regional de 2022, em que cada entidade oferecia cerca de 3,5 respostas, a média local (em 2025) de 2,4 confirma a predominância de organizações de pequena escala, focadas em áreas concretas e menos propensas a diversificar valências. 75% gerem uma única resposta; 15%, duas; apenas três entidades asseguram três ou mais, e uma delas concentra sozinha mais de 30% da oferta concelhia.

A rede local continua assente nas respostas clássicas. Quase 46% destinam-se à população idosa e 44% a crianças e jovens, proporção que contrasta com a média regional de 2022 — 32,8% e 45%, respetivamente. Valências dirigidas a pessoas com deficiência, doença mental, famílias ou comunidade são residuais, muitas vezes supridas no concelho vizinho, Angra do Heroísmo, ou fora da ilha. Essa lacuna pode tornar-se preocupante face a fragilidades emergentes, nomeadamente na saúde mental.

A concentração territorial reforça desequilíbrios: Santa Cruz, sede do concelho, alberga 22 das 48 respostas, quase metade do total. Embora tal centralidade seja previsível — aí reside mais de 35% da população —, coloca em desvantagem freguesias de baixa densidade como Fonte do Bastardo, Fontinhas ou Vila Nova, que enfrentam maiores dificuldades de acesso.

A maioria das entidades inquiridas relata aumento da procura nos últimos cinco anos, com unanimidade nos serviços destinados a pessoas com deficiência e doença mental. No segmento dos idosos a procura mantém-se estável, mas coexistem filas de espera relevantes. Ainda assim, mais de 70% das organizações atribuem à sua própria capacidade uma avaliação superior a sete numa escala de zero a dez.

Apesar dessa perceção positiva, as entidades inquiridas apontam entraves estruturais: custos operacionais elevados, participações públicas insuficientes, dificuldade em investir em novas respostas, atrasos nas transferências de fundos e degradação de instalações ou equipamentos. De um modo geral, as dificuldades enfatizadas pelas entidades podem contribuir para que as respostas sociais atualmente disponíveis não permitam responder às necessidades da população.

Neste seguimento, os desafios futuros dos públicos-alvo das entidades inquiridas surgem com nitidez. No domínio da infância, agravam-se problemas de saúde emocional e comportamental (ansiedade, irritabilidade) e persiste a escassez de vagas em creches e atividades de tempos livres, enquanto o uso intensivo de dispositivos digitais se consolida como fator de risco. Entre os idosos, teme-se o aumento das doenças neurodegenerativas e a carência de apoios adequados. As pessoas com deficiência e com doença mental constituem outro grupo de atenção crescente.

As entidades inquiridas com intervenção nestas áreas antecipam problemas de saúde mental (depressão, ansiedade, dependências), agravados por fenómenos associados ao consumo de substâncias psicoativas, ao isolamento social e à exclusão. Finalmente, no que diz respeito às famílias e à comunidade em geral, as entidades identificam como principais desafios futuros a carência económica, a perda de poder de compra e as dificuldades de acesso à habitação, confirmando a transversalidade das vulnerabilidades socioeconómicas no concelho.

Em síntese, a rede social da Praia da Vitória demonstra capacidade operacional robusta e especialização crescente, mas mantém-se excessivamente concentrada em respostas tradicionais e em Santa Cruz, deixando lacunas na saúde mental, na deficiência e no apoio às famílias economicamente vulneráveis. Para garantir equidade e resiliência, impõe-se adequar a oferta às mutações demográficas, promover uma maior coesão territorial na cobertura e reforçar a sua resiliência perante os desafios futuros.

## 4.2. Análise das Taxas de Cobertura

A análise das taxas de cobertura das respostas sociais num concelho constitui um instrumento fundamental de planeamento e de afetação eficiente de recursos, permitindo adequar a oferta existente às necessidades concretas da população. Este exercício de quantificação contribui para identificar eventuais insuficiências ou excessos de capacidade instalada, orientando, assim, a tomada de decisão estratégica em matéria de políticas sociais.

O cálculo das taxas de cobertura implica a sistematização de informação sujeita a atualizações regulares, em virtude das flutuações demográficas nos diferentes grupos etários correspondentes às respostas sociais tipificadas. A variação destes grupos ao longo do tempo justifica uma leitura cautelosa e contextualizada dos resultados obtidos.

No âmbito da Carta Social da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022 (Vice-Presidência do Governo Regional, 2023), foram apresentadas taxas de cobertura para diversas respostas sociais existentes na região. Para estas, encontram-se definidas taxas de cobertura de referência, acompanhadas por uma nota metodológica que explicita o método de cálculo, nomeadamente o da Taxa Potencial de Cobertura (TPC) e da Taxa Efetiva de Cobertura, determinadas pelas seguintes fórmulas:

$$\text{Taxa potencial de cobertura} = \frac{\text{Capacidade total instalada}_{\text{Ano}}}{\text{População alvo}_{\text{Ano}}}$$

$$\text{Taxa efetiva de cobertura} = \frac{\text{Frequência}_{\text{Ano}}}{\text{População alvo}_{\text{Ano}}}$$

Face aos dados disponíveis, e de acordo com a informação referenciada, é possível determinar as taxas potencial e efetiva de cobertura das respostas sociais enumeradas na tabela abaixo, considerando os respetivos públicos alvo.

Não obstante os dados referentes à capacidade instalada das respostas sociais consideradas reportem a informações compreendidas entre dezembro de 2024 e junho de 2025, não foi possível obter dados que se reportem ao mesmo período para os respetivos públicos-alvo.

Neste sentido, os valores subjacentes à população-alvo das respostas sociais consideradas, referentes às Crianças e Jovens e às Pessoas Idosas, tiveram por base os dados dos Censos de 2021, segundo o INE.

Por sua vez, o levantamento do público-alvo das respostas direcionadas para pessoas com deficiência teve por base a proporção de indivíduos com deficiência, identificada a partir dos Censos de 2001. Assumindo que essa proporção e distribuição geográfica se mantém inalterada, foi extrapolada a população-alvo destas respostas sociais, com base na população residente, segundo os Censos de 2021.

**Tabela 15 - Informações para o cálculo das Taxas de Cobertura dos serviços e equipamentos sociais, por área de intervenção social**

Resposta Social	Público-Alvo
<b>Crianças e Jovens</b>	
Ama e Creche	População residente com idade inferior a 3 anos
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	População residente com idade entre os 3 anos e os 6 anos
Centro de Atividades de Tempos Livres	População residente com idade entre os 6 anos e os 10 anos
<b>Pessoas Idosas</b>	
Serviço de Apoio Domiciliário	População residente com idade igual ou superior a 65 anos
Centro de Convívio	População residente com idade igual ou superior a 65 anos
Centro de Dia	População residente com idade igual ou superior a 65 anos
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	População residente com idade igual ou superior a 65 anos
<b>Pessoas com Deficiência</b>	
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	População residente com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos
Lar Residencial	População residente com deficiência, com idade igual ou superior a 16 anos


## Taxas de cobertura

De responsabilidade da Vice-Presidência do Governo Regional, a Carta Social da Região Autónoma dos Açores é publicada todos os anos e descreve a realidade social do ano anterior; o relatório mais recente refere-se a 2022 e utiliza, para calcular as taxas de cobertura, os Censos 2021.

No domínio das respostas para crianças e jovens, a cobertura da 1.ª infância tem vindo a crescer entre 2018 e 2022 graças ao aumento de vagas em creche e à diminuição da população abaixo dos três anos, de acordo com a Vice-Presidência do Governo Regional (2023). Em 2022, a taxa potencial regional fixou-se em 57,9%, enquanto a Praia da Vitória registou 54,5% (3,4 p.p. abaixo), com uma taxa efetiva de 50,5%. Assim, o concelho apresentava então pior desempenho do que a média dos Açores, embora tudo indique que esta diferença se possa ter atenuado nos anos seguintes, dado o reforço local da oferta.

Passando aos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, a rede de solidariedade social cobria potencialmente apenas 56,7% das crianças a nível regional. Considerando também a rede pública, a cobertura global subia para 119,5%. No concelho, a cobertura total era de 79,3% em 2022, com uma taxa efetiva de 60,4%. Dentro desse total, a rede solidária representava apenas 13,8% de cobertura potencial (10,6% efetiva), valores muito abaixo dos da rede pública e praticamente inalterados em 2025 (potencial idêntico; efetiva 12,6%). Isto confirma que a maioria das crianças frequenta jardins-de-infância públicos ou, em alguns casos, estabelecimentos no concelho vizinho.

Os Centros de Atividades de Tempos Livres também evoluíram positivamente. Em 2022, a taxa potencial regional foi de 49,4%, mas a nível concelhio ficou nos 21,6% (20,4% efetiva). Entre 2022 e 2025 observou-se um forte progresso concelhio, passando para 37,9% de cobertura potencial e 33,4% efetiva, ainda ligeiramente abaixo da média açoriana, mas mais próxima.


Crianças e Jovens		Taxa Potencial	Taxa Efetiva
	<b>Creche</b>	69,7%	63,2%
	<b>Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - rede de solidariedade social</b>	13,8%	12,6%
	<b>Centro de Atividades de Tempos Livres</b>	52,9%	33,4%

No grupo das respostas destinadas a pessoas idosas, o objetivo é garantir inclusão e participação independentemente do grau de autonomia ou do local de residência. Embora a população com 65 ou mais anos cresça rapidamente, a maioria dos indicadores tem melhorado a nível regional (Vice-Presidência do Governo Regional, 2023). Em particular, o Serviço de Apoio Domiciliário apresentava, em 2022, uma taxa potencial de 8,0% a nível regional. Nesse mesmo ano a Praia da Vitória registou 6,3% de cobertura potencial e 5,2% efetiva; porém, em 2025, esses valores subiram para 15,0% e 8,7%, respetivamente, ultrapassando a média da Região.

No que respeita aos Centros de Convívio, a cobertura potencial regional era de 12,4% em 2022. O concelho, então, apresentava 18,1% de cobertura potencial e 10,1% efetiva, mas em 2025 estes indicadores recuaram para 16,0% e 8,7%. A quebra, aliada à utilização efetiva relativamente baixa, pode sugerir a importância de reforçar transporte, programação e dinamização junto dos utentes.


A resposta Centro de Dia mantém valores muito baixos. Em 2022 a cobertura potencial era de 1,5% nos Açores e de 0,7% na Praia da Vitória; em 2025 o potencial concelhio manteve-se, embora a cobertura efetiva tenha subido ligeiramente de 0,5% para 0,7%.

Já as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas mostravam, em 2022, uma cobertura média regional de 5,1% contra apenas 2,4% no concelho. Os dados de 2025 revelam novo decréscimo local, fixando-se a taxa potencial e a efetiva em 2,1 %, o que reforça a necessidade de novas vagas ou alternativas de alojamento.

<b>Pessoas Idosas</b>		<b>Taxa Potencial</b>	<b>Taxa Efetiva</b>
	<b>Serviço de Apoio Domiciliário</b>	<b>15,0%</b>	<b>8,7%</b>
	<b>Centro de Convívio</b>	<b>16,0%</b>	<b>8,7%</b>
	<b>Centro de Dia</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,7%</b>
	<b>Estrutura Residencial para Pessoas Idosas</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,1%</b>

Por fim, na área da deficiência, o Relatório nacional de 2021 (GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2023) registava uma taxa de cobertura de 4,2 % no Continente (somatório de CACI, Lar Residencial, Residência de Autonomização e Inclusão e SAD-PcD). Em 2025, o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão da Praia da Vitória superava esse valor, tanto em

cobertura potencial como efetiva, ao passo que o Lar Residencial se mantinha abaixo da média nacional.

Pessoas com Deficiência		Taxa Potencial	Taxa Efetiva
	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	7,0%	7,0%
	Lar Residencial	2,3%	1,9%

O panorama descrito evidencia progressos reais, mas também assimetrias que exigem monitorização contínua e ajustamentos de capacidade, sobretudo nas respostas para a população idosa e no pré-escolar solidário.

### 4.3. Projeção de Necessidades Futuras

Pretende-se, neste ponto, refletir sobre a programação e a eventual necessidade de novos equipamentos e respostas sociais nos próximos anos. Para fundamentar essa análise recorreram-se às projeções da população residente elaboradas pelo INE e divulgadas pelo SREA para o período 2015-2080, disponibilizadas em três hipóteses de evolução — baixa, central e alta. Para estimar a procura futura de serviços sociais optou-se pelo cenário central.

Como o SREA apenas publica projeções à escala da Região Autónoma dos Açores, foi necessário estimar a população da Praia da Vitória. Essa estimativa resultou da aplicação às projeções regionais da quota que o concelho representa em cada grupo etário, conforme apurada nos Censos 2021, pressupondo que essa proporção se mantém constante ao longo do período em análise.

Convém recordar que quaisquer projeções assentam em pressupostos sobre fecundidade, mortalidade e migrações. Além disso, as séries utilizadas foram calculadas antes de 2020, não refletindo eventuais impactos duradouros de fenómenos inesperados, como a pandemia da Covid-19, nas tendências demográficas. Por conseguinte, os resultados devem ser lidos como uma referência para o planeamento, admitindo-se uma margem de erro que aumenta quanto menor for a unidade territorial considerada.

A avaliação centra-se nos grupos etários que servem de público-alvo às principais respostas sociais, permitindo antecipar a pressão sobre creches, estabelecimentos pré-escolares, serviços

para idosos ou equipamentos dirigidos a pessoas com deficiência. Os anos-chave analisados são 2029 e 2033, em consonância com o período de vigência da Carta Social em curso e da próxima edição, tal como estipula o n.º 21 do artigo 9.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, na redação em vigor.

**Tabela 16 - Projeções demográficas para o concelho da Praia da Vitória para 2029 e 2033 (3 cenários)**

	Censos de 2021	Cenário Baixo		Cenário Central		Cenário Alto	
		2029	2033	2029	2033	2029	2033
Menos de 10 anos	1 707	1 523	1 423	1 606	1 544	1 681	1 651
10-14	925	825	786	839	818	853	847
15-19	1 027	921	821	934	841	944	860
20-24	1 106	1 023	951	1 046	982	1 071	1 012
25-29	1 079	1 071	992	1 109	1 041	1 151	1 092
30-34	1 230	1 185	1 107	1 230	1 167	1 282	1 231
35-39	1 476	1 383	1 262	1 422	1 323	1 473	1 394
40-44	1 543	1 315	1 284	1 345	1 329	1 382	1 386
45-49	1 391	1 330	1 228	1 350	1 264	1 378	1 306
50-54	1 392	1 569	1 448	1 584	1 475	1 610	1 514
55-59	1 544	1 565	1 704	1 574	1 724	1 599	1 759
60-64	1 471	1 511	1 564	1 519	1 576	1 543	1 608
65-69	1 200	1 502	1 473	1 512	1 484	1 535	1 516
70-74	889	1 126	1 299	1 135	1 312	1 156	1 343
75-79	660	752	839	756	846	775	872
80-84	472	538	653	539	656	558	686
85 ou mais	351	400	467	400	467	436	518
<b>Total</b>	<b>19 463</b>	<b>19 538</b>	<b>19 302</b>	<b>19 900</b>	<b>19 849</b>	<b>20 427</b>	<b>20 594</b>

Fonte: SREA (2025)

A **Carta Social da Praia da Vitória 2025-2029** visa orientar a ação municipal nas respostas sociais tipificadas para crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, família e comunidade, estabelecendo horizontes programáticos de quatro e oito anos. O objetivo principal é assegurar, pelo menos, a continuidade de um apoio social de qualidade, ajustado às necessidades da população residente.


A estimativa de equipamentos e respostas sociais baseou-se em três critérios:


- Indicações das entidades inquiridas quanto à criação ou ampliação dos seus serviços;
- Adequação da capacidade instalada para preservar a atual taxa potencial de cobertura face às variações demográficas previstas;
- Reforço da oferta até atingir a taxa mínima de cobertura definida como desejável pela Vice-Presidência do Governo Regional (2023), sempre que tal patamar ainda não foi alcançado.

A concretização de novos equipamentos continuará dependente da abertura de linhas de apoio do Estado e dos quadros comunitários Portugal 2030 e Açores 2030; a sustentabilidade da sua atividade diária exige, por seu turno, a celebração de acordos com o Instituto da Segurança Social dos Açores e outros organismos de tutela, como a DRSS.

### Crianças e Jovens

No domínio das respostas sociais dirigidas a crianças e jovens, as projeções demográficas do cenário central para a Praia da Vitória apontam para uma redução gradual deste grupo etário nos próximos oito anos. Mesmo com o ligeiro reforço de lugares previsto até 2028, essa evolução demográfica torna dispensável qualquer alargamento adicional da capacidade instalada. A própria diminuição do público-alvo bastará para elevar a taxa potencial de cobertura, já hoje acima dos limiares mínimos desejados (Creche - 50%; CATL - 20%), mantendo-se, portanto, uma margem confortável de adequação entre oferta e procura, face ao cenário atual.

Creche			
	2025	2029	2033
 <b>Público-alvo</b>	459	464	444
<b>Aumento de vagas previsto</b>	0	40	0
<b>Aumento de vagas adicional</b>	0	0	0
<b>Capacidade (acumulada)</b>	707	747	747
<b>Taxa de cobertura</b>	69,7%	77,6%	81,0%

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - rede de solidariedade social			
	2025	2029	2033
 <b>Público-alvo</b>	733	644	617
<b>Aumento de vagas adicional</b>	0	0	0
<b>Capacidade (acumulada)</b>	101	101	101
<b>Taxa de cobertura</b>	12,6%	15,7%	16,4%

**Centro de Atividades de Tempos Livres**



**Público-alvo**

**2023**

**2029**

**2033**

876

831

803

**Aumento de vagas previsto**

0

40

0

**Aumento de vagas adicional**

0

0

0

**Capacidade (acumulada)**

332

372

372

**Taxa de cobertura**

**33,4%**

**44,8%**

**46,3%**

**Pessoas Idosas**

No que respeita às respostas sociais destinadas à população idosa, verifica-se, no horizonte temporal projetado, um aumento expressivo da população-alvo. Em concreto, estima-se um crescimento de 21,6% até 2029 e de 33,4% até 2033, face à realidade demográfica atual. Perante esta tendência, será necessário, ao longo do período em análise, proceder a um reforço da capacidade instalada das respostas sociais existentes, apesar de já se encontrar prevista a criação de vagas adicionais na modalidade Centro de Dia.

Importa destacar que, entre as respostas observadas, as modalidades Centro de Dia e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) não cumprem atualmente a Taxa de Cobertura Desejável, fixada em 4,5% e 5,1%, respetivamente, constituindo, por isso, a prioridade em termos de reforço de capacidade. Neste contexto, será fundamental assegurar um aumento significativo da resposta nestas tipologias, com vista ao cumprimento da meta de referência definida.

As restantes modalidades analisadas cumprem, à data, os parâmetros estabelecidos. O Serviço de Apoio Domiciliário apresenta uma taxa de cobertura superior a 6%, em conformidade com a meta definida na regulamentação aplicável.

### Serviço de Apoio Domiciliário



	2025	2029	2033
Público-alvo	3 572	4 342	4 765
Aumento extra de vagas	0	115	64
Capacidade (acumulada)	536	651	715
<b>Taxa de cobertura</b>	<b>15,0%</b>	<b>15,0%</b>	<b>15,0%</b>

### Centro de Convívio




	2025	2029	2033
Público-alvo	3 572	4 342	4 765
Aumento extra de vagas	0	125	67
Capacidade (acumulada)	570	695	762
<b>Taxa de cobertura</b>	<b>16,0%</b>	<b>16,0%</b>	<b>16,0%</b>

### Centro de Dia



	2025	2029	2033
Público-alvo	3 572	4 342	4 765
Aumento de vagas previsto	0	25	0
Aumento de vagas para Taxa Cobertura desejável	0	145	19
Capacidade (acumulada)	25	195	214
<b>Taxa de cobertura</b>	<b>0,7%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,5%</b>

### Estrutura Residencial para Pessoas Idosas




	2025	2029	2033
<b>Público-alvo</b>	3 572	4 342	4 765
<b>Aumento de vagas previsto</b>	0	0	0
<b>Aumento de vagas adicional</b>	0	98	17
<b>Capacidade (acumulada)</b>	76	174	191
<b>Taxa de cobertura</b>	2,1%	5,1%	5,1%

### Pessoas com Deficiência

No que se refere às respostas sociais direcionadas a pessoas com deficiência, no período em análise não se antecipa uma variação significativa da população-alvo. Não estando atualmente definidas taxas de cobertura desejáveis específicas para estas respostas, a atuação ao nível do planeamento deve centrar-se na manutenção da capacidade de resposta existente. Assim, não se verifica a necessidade de nenhum ajuste na capacidade instalada das modalidades analisadas, com o objetivo de assegurar a preservação das taxas de cobertura atualmente verificadas.

### Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão



	2025	2029	2033
<b>Público-alvo</b>	503	513	512
<b>Aumento de vagas adicional</b>	0	1	0
<b>Capacidade (acumulada)</b>	35	36	36
<b>Taxa de cobertura</b>	7,0%	7,0%	7,0%

Lar Residencial



**Público-alvo**

2025

2029

2033

515

525

524

**Aumento de vagas adicional**

0

0

0

**Capacidade (acumulada)**

12

12

12

**Taxa de cobertura**

2,3%

2,3%

2,3%

## 5. Considerações Finais

A elaboração da *Carta Social da Praia da Vitória 2025-2029* assenta numa visão estratégica orientada para a promoção de um território socialmente coeso, resiliente e adaptado às dinâmicas sociais atuais e futuras. Pretende-se garantir uma rede de serviços e equipamentos sociais dimensionada e distribuída de forma a responder eficaz e eficientemente às carências identificadas no concelho.

Conforme definido na Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, a Carta Social Municipal constitui um instrumento de diagnóstico e planeamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais, visando a sua adequação, racionalização e articulação com as políticas nacionais e regionais. Este documento também apoia a tomada de decisão pública e assegura uma intervenção social planeada, sustentada e participada.

A conceção da Carta Social da Praia da Vitória baseou-se nos seguintes objetivos fundamentais:

- Identificar e analisar as principais carências e problemáticas sociais existentes;
- Levantar, organizar e disponibilizar informação estruturada sobre os serviços e equipamentos sociais atualmente existentes, em construção e/ou planeados;
- Definir os domínios de intervenção social prioritária.

A metodologia adotada envolveu um diagnóstico social aprofundado, com recurso a diversas ferramentas, como a análise estatística e a realização de inquéritos aos principais agentes e entidades da rede de ação social concelhia.

Procedeu-se ao mapeamento rigoroso das respostas sociais existentes, abrangendo respostas tipificadas e atípicas. Estas foram georreferenciadas, permitindo identificar a sua distribuição e eventuais zonas de maior pressão ou carência.

Com base nestes dados, foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa da rede existente, identificando lacunas, sobreposições e oportunidades de melhoria. Sempre que viável, projetaram-se necessidades futuras, com base na evolução demográfica, socioeconómica e nas dinâmicas locais.

Por fim, sublinha-se que as projeções são dinâmicas e sujeitas a ajustamentos, sendo essencial que a autarquia mantenha uma ligação ativa com os parceiros sociais e entidades privadas. Esta articulação será determinante para assegurar uma resposta social eficaz, justa e ajustada às reais necessidades da população da Praia da Vitória.

## 6. Referências

- Direção Geral da Segurança Social (2022). *Nomenclaturas – Respostas Sociais*. Direção Geral da Segurança Social.
- Vice-Presidência do Governo Regional (2023). *Carta Social: Rede De Serviços E Equipamentos Sociais Dos Açores – Relatório 2022*. Núcleo De Estudos E Planeamento (Nep.) Angra do Heroísmo

### Legislação

- Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março. Define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas. Diário da República, 1.ª Série – N.º 52 – 14 de março de 2007
- Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março. No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 57/2013, de 14 de agosto, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional. Diário da República, 1.ª Série – N.º 44 – 4 de março de 2014
- Decreto-Lei n.º 136/2019, de 6 de setembro. Procede à terceira fase de implementação da prestação social para a inclusão, definindo o acesso à medida para crianças e jovens com deficiência. Diário da República, 1.ª Série – N.º 171 – 6 de setembro de 2019
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Diário da República, 1.ª Série A – N.º 204 – 1 de setembro de 1999
- Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro. Aprova as bases gerais do sistema de segurança social. Diário da República, 1.ª Série – N.º 11 – 16 de janeiro de 2007
- Portaria n.º 66/2021, de 17 de março. Regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido decreto-lei, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão. Diário da República, 1.ª Série – N.º 53 - 17 de março de 2021

### Websites

- Instituto Nacional de Estatística (INE)  
[www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- PORDATA  
<https://www.pordata.pt/>
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)  
<https://srea.azores.gov.pt/>

## Anexos

### Anexo I – Lista de Entidades da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais Seleccionadas para Inquérito

Nome	Resposta
Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira	✓
Associação de Desenvolvimento - Olhar Poente	✓
Associação do Centro de Convívio de Nossa Senhora de Guadalupe da Aqualva	
CAD - Centro de Apoio à Deficiência - Associação de Direito Privado	✓
Casa do Povo das Quatro Ribeiras	
Casa do Povo de Cabo da Praia	
Casa do Povo de Porto Martins	
Casa do Povo dos Biscoitos	✓
Centro Comunitário das Lajes	
Centro Comunitário de São Brás	✓
Centro Comunitário de São João da Casa da Ribeira	✓
Centro Comunitário do Espírito Santo da Vila Nova	✓
Centro Comunitário Social Bairro Joaquim Alves	
Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo	
Centro Social do Juncal	
Centro Social e Paroquial das Fontinhas	
Educação Primeiro - Associação de Apoio à Infância	✓
Lar D. Pedro V	✓
NSSL - Instituição De Solidariedade Social	
Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória	✓